

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**RAÍSSA KARINE DE SOUZA**

**A QUEBRA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS DAS VÍTIMAS DE  
LINCHAMENTO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**Cacoal – RO  
2016**

**RAÍSSA KARINE DE SOUZA**

**A QUEBRA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS DAS VÍTIMAS DE  
LINCHAMENTO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do Professor M.e Bruno Milenkovich Caixeiro.

**Cacoal – RO  
2016**

Souza, Raíssa Karine de.

S729a A quebra de garantias fundamentais das vítimas de linchamentos/ Raíssa Karine de Souza – Cacoal/RO: UNIR, 2016.  
58 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientador: Prof. M.e Bruno Milenkovich Caixeiro.

1. Direito constitucional. 2. Linchamento. 3. Garantias constitucionais. 4. Estado democrático de direito. I. Caixeiro, Bruno Milenkovich. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 342

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

# **A QUEBRA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS DAS VÍTIMAS DE LINCHAMENTO**

Por

**RAÍSSA KARINE DE SOUZA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor M.e Bruno Milenkovich Caixeiro – UNIR – Presidente

---

Professora Esp. Camila Fonseca Queiroz Bisconsin - UNIR - Membro

---

Professor Esp. Antonio Paulo dos Santos Filho- UNIR - Membro

Conceito: 97

Cacoal, 20 de dezembro de 2016.

À minha família, por todo apoio.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, minha gratidão a Deus, por sua bondade, sua fidelidade e seu amor sem fim. Que em todos os dias esteve presente e sem seu auxílio nada disso seria possível. Afinal, “porque Dele, por Ele, e para Ele são todas as coisas”.

Agradeço aos meus pais Luiz Jovêncio de Souza e Divina Margarida Moreira de Souza por sonharem os meus sonhos e pela ajuda, pelas orações, pelo apoio, incentivo e os valores cultivados. Por abrirem as portas de sua casa e seu coração a mim, ao curso e aos meus colegas. Pela paciência e zelo muitíssimo obrigada!

Aos meus familiares, meus avós que com muito esforço lutaram sempre para dar a melhor educação aos filhos, a meus tios pelo carinho e cuidado, aos meus primos pela admiração que foi combustível em diversos momentos.

Ao meu irmão Lucas Bonifácio de Souza, agradeço por sua existência, por sua companhia e por tudo que por você eu posso ser. Pela influência na escolha do curso, a mudança de cidade. Por tudo, a minha sincera gratidão.

Aos meus amigos, vou me permitir citar alguns nominalmente. Inicialmente, os *queridinhos*: Francieli de Lima Honorato, pela dupla que formamos, pela confiança e por ser a amiga-menina; Gislene de Laparte Neves, pela cumplicidade e amizade, sempre boa ouvinte, que sempre teve um abraço para me acalantar; Ladiane Beilke Ruiz pela inspiração e apoio e por me conceder a graça de ter a sobrinha mais linda do mundo; Raul Gabriel Teixeira Melo por sua companhia, presteza e bom humor (pelo mal humor não serei grata, me desculpe, rs); Max Rogers Batista da Silva pela ternura e leveza; A Graciele Rodrigues Rodes pelos conselhos e por sua praticidade; A cara amiga Ellen Biavatti por me acolher desde o primeiro dia de aula e pelo carinho, que foram fundamentais, sem dúvidas.

Aos colegas de turma, pela dialética de amor e não-amor, pelas amizades construídas e a união escondida por traz de cada discussão. O caminho foi com toda certeza mais feliz por vocês. Partilhar esses cinco anos foi incrível e, presenciar suas lutas, suas vitórias e até mesmo a rotina do dia-a-dia foi um presente.

Aos colegas do curso, graças às disciplinas em conjunto tive a oportunidade de conhecer preciosidades de outras turmas, que permitiram que o caminho fosse mais bonito, pelas trocas e sensibilidade, muito obrigada. Em especial a Meuri, pela atenção e cuidado.

Aos professores do curso de direito da Universidade Federal de Rondônia, pelo conhecimento e experiências partilhadas, dedicação e o zelo. Em especial, minha gratidão ao Prof. Ms. Bruno Milenkovich Caixeiro, pelas orientações, e pela sensibilidade e respeito com que conduziu esta pesquisa, e também pela imensa paciência que foi imprescindível para conclusão deste trabalho. Ao querido Prof. Ms. Victor de Almeida Conselvan, pela dedicação e cuidado, não tenho palavras suficientes para demonstrar minha gratidão.

E, por fim, aqueles que não pude nomear, e que contribuíram com essa caminhada, meu sincero agradecimento.

Não poderá existir um governo em que a consciência, e não a maioria, decida virtualmente o que é certo e o que é errado? Um governo em que as majorias decidam apenas aquelas questões às quais se apliquem as regras de conveniência? Deve o cidadão, sequer por um momento, ou minimamente, renunciar à sua consciência em favor do legislador? Então por que todo homem tem uma consciência? Penso que devemos ser homens, em primeiro lugar, e depois súditos. Não é desejável cultivar pela lei o mesmo respeito que cultivamos pelo direito. A única obrigação que tenho o direito de assumir é a de fazer a qualquer tempo aquilo que considero direito. [...] A lei jamais tornou os homens mais justos, e, por meio de seu respeito por ela, mesmo os mais bem-intencionados transformam-se diariamente em agentes da injustiça

(Thoreau).



## RESUMO

O presente trabalho se dedica ao estudo do fenômeno dos linchamentos e da possibilidade de ofensa a direitos e garantias fundamentais processuais das vítimas dessa ocorrência. Para tanto faz uso de metodologia dogmática e zetética empírica pura, buscando analisar, frente a problemática, a teoria da anomia de Durkheim, a teoria das janelas quebradas de origem norte americana, a desobediência civil vista à partir de Rawls e o Poder de violência simbólico de Pierre Bourdieu. Neste contexto, verifica-se que tanto a teoria das janelas quebradas quanto a teoria da anomia são aptas a uma compreensão da gênese dos linchamentos – a primeira demonstrando como a ausência de vigilância do Estado leva a delinquência, e a segunda demonstrando que a fragmentação social leva a perda de pertencimento dos indivíduos ao grupo e com isso há uma tentativa de reestabelecimento da ordem, ainda que em contrariedade a normatização vigente. Pela teoria da desobediência civil, por sua vez, resta demonstrada a ilegitimidade dos linchamentos como mecanismo de resposta da sociedade à uma impossibilidade do Estado em manter a ordem e a pacificação social, ocorrendo violações diretas a direitos e garantias fundamentais processuais como o devido processo legal, o acesso ao judiciário, a vedação às penas desumanas ou degradantes e ao contraditório e a ampla defesa. Por fim, revelar-se-á que o poder de violência simbólico pode constituir-se em importante mecanismo de supressão dessa prática ilegítima e violadora de direitos e garantias, vez que apto a conformar o linchamento como prática pouco atrativa frente as opções que buscam ser reforçadas pelas políticas públicas do Estado.

**Palavras-chave:** Linchamento. Direitos Fundamentais. Legitimidade.

## **ABSTRACT**

The present work is dedicated to the study of the phenomenon of lynchings and the possibility of offense to fundamental rights and procedural guarantees of the victims of this occurrence. In order to do so it makes use of dogmatic methodology and pure empirical zetética, trying to analyze, in front of the problematic, the theory of the anomie of Durkheim, the theory of the broken windows of North American origin, the civil disobedience seen from Rawls and the Power of symbolic violence By Pierre Bourdieu. In this context, both the broken window theory and the anomie theory are apt for an understanding of the genesis of lynchings - the first demonstrating how the absence of state surveillance leads to delinquency, and the second demonstrating that social fragmentation Leads to the loss of belonging of the individuals to the group and with this there is an attempt of reestablishment of the order, although in opposition to the current normalization. By the theory of civil disobedience, in turn, the illegitimacy of lynchings as a mechanism of society's response to the State's inability to maintain social order and pacification has been demonstrated, with direct violations of fundamental procedural rights and guarantees, such as due process of law , Access to the judiciary, the prohibition of inhuman or degrading punishment, and the contradiction and ample defense. Finally, it will be revealed that the power of symbolic violence can constitute an important mechanism to suppress this illegitimate practice and violate rights and guarantees, since it is apt to conform lynching as an unattractive practice against the options that seek to be Reinforced by the public policies of the State.

**Keywords:** Lynching. Fundamental rights. Legitimacy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E PROCESSUAIS .....</b>	<b>13</b>
1.1 ESCORÇO TEÓRICO ESTADISTA .....	13
1.2 DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	16
1.2.1 presunção de inocência.....	18
1.2.2 Acesso à Justiça .....	18
1.2.3 Do Devido processo legal e da ampla defesa e contraditório.....	19
1.2.4 Da vedação a penas desumanas ou degradantes.....	20
1.3 DA VEDAÇÃO A AUTOTUTELA E A JURISDIÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	21
1.4 CARÊNCIAS DO ESTADO, INSATISFAÇÃO E REVOLTA .....	25
1.5 SENTIMENTO DE INJUSTIÇA .....	27
<b>2. DOS LINCHAMENTOS.....</b>	<b>29</b>
2. 1 DO LINCHAMENTO E DO JUSTIÇAMENTO .....	29
2.2 DO LINCHAMENTO E SUA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA.....	30
2.3 DO LINCHAMENTO NO BRASIL.....	32
2.3.1 Caso 1: Daniele Toledo do Prado .....	34
2.3.2 Caso: Fabiane Maria de Jesus .....	35
2.3.3 Caso 3: Claudison da Silva.....	36
2.4 O LINCHAMENTO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL.....	37
<b>3. BALIZAS TEÓRICAS PARA UMA COMPREENSÃO CRÍTICA DOS LINCHAMENTOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>39</b>
3.1TEORIA DA ANOMIA EM DURKHEIM.....	39
3.2TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS .....	40
3.3DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL EM JOHN RAWLS .....	42
3.4DO PODER DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	44
<b>4. DOS LINCHAMENTOS COMO QUEBRA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS DAS VITIMAS DE LINCHAMENTOS .....</b>	<b>47</b>
4.1 DA ANOMIA COMO FUNDAMENTO SOCIOLÓGICO DO FENÔMENO DO LINCHAMENTO .....	47

4.2 DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS COMO FUNDAMENTO SOCIOLÓGICO DO FENÔMENO DO LINCHAMENTO .....	48
4.3 DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL COMO FUNDAMENTO DE LEGITIMAÇÃO DO FENÔMENO DO LINCHAMENTO? .....	49
4.4 DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA COMO RESPOSTA AO FENÔMENO DO LINCHAMENTO .....	50
4.5 DA QUEBRA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS DAS VÍTIMAS DE LINCHAMENTO COMO RUPTURA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO...	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz à lume um estudo quanto ao hodierno fenômeno dos linchamentos que tem se constituído em realidade habitual no cenário brasileiro. Cuida de reconhecer que tal fenômeno deve se revestir de especial atenção pelo Direito, vez que apto a ensejar – ou não – uma série de perdas em garantias e direitos fundamentais processuais a que faria jus a vítima se levada ao Judiciário.

Nesse sentido, cuida-se, aqui, de responder quanto as possibilidades de ofensa a direitos e garantias fundamentais das vítimas de linchamento devido a ocorrência deste fenômeno, para o que, fez-se uso de metodologia zetética empírica pura e trouxe da dogmática analítica as bases para a construção dos fundamentos da discussão.

Para tanto, o primeiro capítulo cuida de demonstrar, sob o enfoque dogmático, como se deu a evolução jurídica da Teoria do Estado até a concretização do Estado Democrático de Direito, pontuando, aqui, as principais garantias processuais asseguradas pela Constituição Federal de 1988.

Em sequência, o segundo capítulo aborda o fenômeno do linchamento, partindo do histórico do seu surgimento e dando especial ênfase ao Brasil, pontuando três casos paradigmas que ilustram o desenvolvimento dessa prática em território nacional. Esse capítulo busca ainda, discutir as conexões e divergências entre os sentidos comum e crítico, elemento fundamental para o debate quanto a legitimidade dessa prática e o seu reconhecimento como vingança ou elemento institucional.

O terceiro capítulo, por sua vez, estabelece uma enunciação das quatro teorias elencadas como paradigmas para a análise do problema proposto: a teoria da anomia de Durkheim, a teoria das janelas quebradas de origem norte americana,

a desobediência civil em John Rawls e o poder de violência simbólico visto a partir de Bourdieu. As duas primeiras, como base para possível compreensão da gênese do problema dos linchamentos, a terceira como escopo de discussão para a possível legitimidade dessa prática e a última como ferramenta de controle social para sua difusão ou contenção.

Por fim, o último capítulo busca situar o fenômeno dos linchamentos no cenário destas teorias, buscando, como meta, estabelecer se há quebra de direitos e garantias processuais devido a essa prática – primeira hipótese – ou se tal fenômeno se legitima como resultado de uma desobediência civil gerada pela falta de capacidade do Estado em gerir seus conflitos sociais de forma a estabelecer segurança jurídica e pacificação social, segunda hipótese.

Objetiva, assim, criar subsídio para uma discussão de interesse jurídico, social e acadêmico, vez que o crescimento de tais episódios de linchamento, trazem consigo uma instabilidade social que precisa ser aclarada através do debate e da geração de paradigmas que permitam a eliminação ou o controle social de tal prática.

# **1 DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E PROCESSUAIS**

## **1.1 ESCORÇO TEÓRICO ESTADISTA**

Tendo sido o Brasil descoberto no século XV, nele já se via que a autoridade dos senhores feudais superava a da Coroa Portuguesa, uma vez que predominava o sistema feudal, em que o governo e as leis eram particulares de cada feudo, em nítida fragmentação política (PIMENTA, 2007).

Ensina Pimenta (2007) que no decorrer dos séculos XV e XVI os monarcas passaram a exercer maior autoridade com o surgimento dos Estados nacionais, com poderes absolutos para cobrar impostos, elaborar leis, escolher as autoridades (militares e julgadores). O monarca era o detentor do poder de forma ilimitada, de modo que cabia aos súbitos a obediência à sua autoridade.

O Estado neste período ficou conhecido como Estado Absolutista, marcado por concentração total do poder, ausência de direitos e liberdades aos indivíduos, obscuridade política e dogmatismo religioso. Conforme afirma Maluf (2003, p. 120), a soberania do monarca era “[...] perpétua, originária e irresponsável em face de qualquer outro poder terreno, ainda que espiritual”. Em virtude da falta de controle dos órgãos do Estado, já que o poder estava restrito a um único indivíduo, sem qualquer subordinação ou controle, tais características se acentuavam.

Para Hobbes, o povo tinha a necessidade de proteger-se do estado de natureza, e assim abrir mão de suas garantias, celebrando um contrato com mútua transferência de direitos (PIMENTA, 2007). Assim sendo, Dallari (2012) aponta que ao transferi-los para o Estado, um indivíduo artificial, este passaria a exercê-los em como seu representante, para garantir a proteção e defesa aos seres humanos.

Neste sentido explicam Fachin e Zampar (2013, p. 465):

[...] o pacto de não-agressão é o primeiro acordo- tácito ou implícito – realizado no sentido de deixar o estado de natureza e atingir a plenitude do estado civil por meio da força recíproca. O segundo pacto a ser celebrado é o de resolução pacífica dos conflitos, que deve ser acompanhada da figura de um terceiro alheio para que atue como árbitro em caso de alguma das partes romperem com o conteúdo dos acordos.

Assim, ao dispor de sua liberdade, os indivíduos a confiam em um organismo imparcial, ao qual cabem as responsabilidades atinentes a preservação dos indivíduos. Sem que, contudo, o exerça por seus próprios desígnios, para tanto o Estado necessita refletir a sociedade ao qual se vincula e tem o poder exercido por ela.

O Estado liberal recebeu forte influência do liberalismo político, baseado na rejeição à submissão total dos indivíduos, que apenas deveriam abrir mão de parte dos seus direitos, pois partes deles eram indisponíveis, bem como que o Estado não era formado pela vontade divina e sim pelos desígnios dos indivíduos, que a função estatal era a proteção da vida, liberdade e propriedade destes, e que essas liberdades não podem sofrer interferências do Estado.

Segundo Pimenta (2007) na concepção liberal, os governos só existem para atender os interesses individuais, e os responsáveis pelo governo representam os cidadãos e necessitam ser escolhidos por intermédio do voto. A lei deveria representar a vontade da maioria, em respeito à propriedade, vida e liberdade dos indivíduos, como efeito do contrato social rousseaniano (CAIXEIRO, 2012).

O iluminismo de igual forma contribuiu de modo imprescindível para o declínio do Estado absolutista, pois ia de encontro com às necessidades sentidas pelo povo, denunciando a tirania, afirmando a necessidade de racionalidade do Estado e com o incentivo a luta contra o governo opressor.

O Estado Liberal de Direito surgiu para coibir arbitrariedades, “diante da necessidade de frear os desmandos do regime que lhe antecedeu, erigiu o princípio da legalidade como fundamento para sua imposição” (MARINONI, 2013, p. 23) retirando da figura do líder “Soberano” o poder ilimitado que tinha, conferido ao Estado impessoalidade e imparcialidade, imprescindível a economia liberal naquele momento histórico. Consistia na limitação as interferências do Estado na liberdade dos indivíduos por intermédio da lei.

Era caracterizado pela divisão das funções do Estado, a tripartição do poder, que exercido por diferentes indivíduos e com total independência entre si possibilitaria a garantia dos direitos individuais. Pautava-se pela garantia da propriedade, pela promoção da ordem interna e defesa externa e de modo especial, pela ausência da interferência estatal nas relações privadas, econômicas e sociais.

No entanto, embora inicialmente tenha refletido em profundas mudanças favoráveis a sociedade revelou-se contraproducente, conforme Marinoni (2013. P.



26) explica: “como o direito foi resumindo à lei e a sua validade conectada exclusivamente com a autoridade da fonte de sua produção, restou impossível controlar os abusos da legislação”, apenas alternando a origem das arbitrariedades.

Ademais, “o Estado liberal tinha preocupação com a defesa do cidadão contra as eventuais agressões da autoridade estatal e não com as diferentes necessidades sociais” (MARINONI, 2013, p. 27), pois apenas os empresários podiam expressar-se livremente, oportunidade que não era possível aos trabalhadores que sofriam toda sorte de explorações nas relações de emprego, uma vez que o Estado se afastou completamente das relações privadas (PIMENTA, 2007).

Destaca Marinoni (2013, p. 41) a dificuldade presente no afastamento da lei as necessidades sociais:

Porém a neutralidade ou a falta de conteúdo da lei e da jurisdição – ou enfim, do próprio Estado legislativo – rapidamente fez perceber que a igualdade social constituía requisito para efetivação da própria liberdade, ou melhor, para o desenvolvimento da sociedade. Conclui-se em síntese, que a liberdade somente poderia ser usufruída por aquele que tivesse o mínimo de condições materiais para ter uma vida digna.

Ademais, por estar arraigado na legalidade, veio a redundar no problema da burocratização, as normas o engessavam de modo que não atingiam sua finalidade, em descompasso com as necessidades sociais.

Com o colapso do liberalismo, a ótica acerca do Estado carecia de maior identificação com a sociedade, bem como dos problemas por ela enfrentados, ao passo que superado o Estado Liberal de Direito, e baseado nos novos anseios social e nos direitos prestacionais, surgia o Estado Social de Direito, com ampla gama de direitos a serem tutelados e oferecidos pelo Estado.

Consoante Dotti (1998, p. 135) “[...] a transição do Estado de Direito para uma etapa evoluída, que se reconhece e proclama como Estado social e democrático de Direito, traduz numa concepção sintética de Estado um produto da união dos princípios próprios do Estado Liberal e do Estado Social”. Assim, a influência do Estado liberal, consistente no estabelecimento de normas emanadas da vontade coletiva para seu governo aliado “as realidades histórico-concretas e socioeconômicas do mundo moderno resultante da Revolução Industrial” (RIBEIRO JUNIOR, 2001, p. 262) que confluíram para o surgimento do Estado Democrático de Direito.

Destarte, ensina Miranda (s.a., s.p., *apud* Dotti, 1998, p. 137):

O Estado de direito democrático resulta da confluência do Estado de Direito e da democracia política, econômica, social e cultural. Envolve a supremacia da Constituição, assente não apenas na legalidade, mas sobretudo na legitimidade democrática; exige respeito aos direitos, liberdades e garantias do cidadão e dos trabalhadores; traduz empenho em agir sobre a vida econômica; determina exercício democrático do poder e a autoridade da lei formulada e executada democraticamente, embora recuse a absolutização da vontade popular.

Assim, “da situação de ‘árbitro imparcial’, como guardião preocupado em não intervir no jogo social da disputa de interesses, o Estado passa, progressivamente, a assumir posição intervencionista rumo ao objetivo do *Welfare State* - Estado de Bem-Estar Social” (DOTTI, 1998, p. 136). Conforme Pimenta (2007) o Estado, atentando-se aos problemas sociais, passou a criar mecanismos de regulamentação das atividades econômicas (realizado indiretamente), bem como, os que visem impedir à exploração do trabalhador por intermédio da regulamentação das relações privadas, com intuito de promover o bem-estar e harmonizar as relações sociais.

## 1.2 DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Em contrapondo ao Estado Liberal que minimizou a atividade estatal e ao Estado do Bem Estar Social que maximizou seu papel prestacional (MENDES; BRANCO, 2014), o Estado Democrático de Direito se assenta numa busca de legitimação através do Direito, uma vez que erige a Constituição como documento jurídico dotado de valor normativo e apto a inspirar e orientar a aplicação de todas as demais normas do sistema jurídico.

Como bem adverte Cambi (2009, p. 199-200): “[...] a função básica da Constituição é retirar certas decisões do processo político, colocando os direitos acima das decisões da maioria, por intermédio de um *sistema de direitos fundamentais* que serve como *critério último* de validade de toda a ordem jurídica”. O Estado Democrático de Direito, nesse viés, traz a garantia de respeito a um núcleo de direitos e garantias estabelecidos nesse Texto Maior que cria e conforma o papel do Estado.

No Brasil, tal modelo estatal veio escoltado pelo movimento neoconstitucionalista que inspirou a Constituição Federal de 1988 – texto normativo

esse que, em resposta ao longo período de ditadura militar que o antecedeu, buscou assegurar o mais amplo rol de direitos e garantias possível, estabelecendo sua imediata aplicação (art. 5º, §1º da CRFB/88).

O constituinte originário logrou, ainda, em informar a dignidade da pessoa humana como fundamento da República (art. 1º, inciso III da CRFB/88). Como bem pontua NOGUEIRA (1940 *apud* TAVARES 2007, p. 508) tal escolha importa em concluir que: “[...] o Estado existe em função de todas as pessoas e não estas em função do Estado. Não só o Estado, mas, consectário lógico o próprio Direito”.

Destarte, importa reconhecer que tal respeito aos direitos dos indivíduos não se dá apenas na relação Estado-indivíduo, mas também, na relação indivíduo-indivíduo, através de sua eficácia horizontal. Como bem dispõe Cambi (2009, p. 54): “Mesmo nas relações paritárias, entre cidadãos comuns, há que se respeitar os direitos fundamentais”, o que significa que o Estado deve intervir para fazer valer os direitos e garantias dos indivíduos mesmo em suas relações particulares, bastando que tais direitos se demonstrem violados ou ameaçados.

Quando tal ameaça refere-se aos bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal, tal intervenção se afigura como poder-dever (TAVORA, 2014), implicando no papel estatal de, mediante um procedimento investigatório, realizar o *jus puniendi*, pacificando a sociedade e resolvendo tais conflitos sociais. Assim, muito embora seja dado a todo indivíduo o direito de fazer tudo que a lei não proíba (art. 5º, inciso II da CRFB/88), tal liberdade se encontra delimitada, justamente, nos limites da legalidade, que, quando corrompida, carece de reparação, cabendo ao Estado o poder-dever de efetivá-la através da jurisdição<sup>1</sup>.

Tal *jus puniendi*, contudo, não pode ser desenvolvido de forma indiscriminada pelo Estado, pelo que a Carta Magna cuida de elencar, ainda, uma série de garantias e direitos para que o indivíduo não venha a ser punido arbitrariamente, tais como: a presunção da inocência, o acesso ao judiciário, o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório e a vedação a penas desumanas ou degradantes.

---

<sup>1</sup> Na escorregia definição de TAVARES (2007, p. 639): “O sentido de jurisdição, portanto, é o de ‘dizer o Direito’”. E aduz ainda: “Emergindo lesão, ou caracterizada a ameaça de lesão a direito, surge, a seu titular, a possibilidade de tutela, inexoravelmente, pela via judiciária, salvo nas hipóteses constitucionais especiais” (TAVARES, 2007, p. 639).

### 1.2.1 presunção de inocência

O princípio constitucionalmente assegurado da presunção da inocência (art. 5º, inciso LVII da CRFB/88), conforma que, até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória: “somos presumivelmente inocentes, cabendo à acusação o ônus probatório desta demonstração” (TAVORA, 2014, p. 61). Outrossim, permite constatar que: “[...] o cerceamento cautelar da liberdade só pode ocorrer em situações excepcionais e de estrita necessidade” (TAVORA, 2014, p. 61).

Trata-se de verdadeira garantia, que, nas palavras de Tavares (2007, p. 630): “[...] está intimamente relacionado ao Estado Democrático de Direito, já que, se assim não fosse, estar-se-ia regredindo ao mais puro e total arbítrio estatal”. Revela notar, assim, que a presunção de inocência é muito mais que uma garantia de julgamento, mas, também, uma regra que deve ser observada no processo e no próprio tratamento dos supostos delinquentes (TAVORA, 2014), uma vez que indica não somente a responsabilidade da acusação em provar o alegado, mas ainda, a necessidade de um tratamento não discriminatório e condenatório por parte de todos os envolvidos na atividade punitiva (AGRA, 2014).

A doutrina costuma, também, identificar esse princípio como da “não-culpabilidade” sob alegação de que não se cuida de tratar o acusado como inocente, mas sim, como um não-culpado *a priori*, o que impende na possibilidade de certas ações por parte do Estado, como a prisão cautelar. Para Távora (2014, p. 60), contudo, “Não há utilidade prática na distinção”, sendo inocência e não-culpabilidade expressões sinônimas.

### 1.2.2 Acesso à Justiça

O acesso à justiça é direito consagrado no art. 5º, inciso XXXV da Carta Magna. Tal princípio, nas palavras de Agra (2014, p. 213), “[...] permite que todos os cidadãos, que tenham um direito seu lesionado ou ameaçado possam recorrer às vias judiciais para garantir a sua defesa”.

Trata-se, no entanto, de uma garantia que precisa ser vista em duplo aspecto: o do direito a buscar o judiciário para resolver uma lide (direito de ação) e, do ponto de vista penal, o de ter garantido o devido processo legal, ou seja, de ser levado a justiça como inocente até o trânsito em julgado da sentença condenatória se valendo

de todas as formas de prova (direito de defesa) (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2003).

Como bem aduz Tavares (2007, p. 637):

Esse princípio é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, pois de nada adiantariam as leis regularmente votadas pelos representantes populares se, em sua aplicação, fossem elas desrespeitadas, sem que qualquer órgão estivesse legitimado a exercer o controle de sua observância.

Do ponto de vista histórico, o surgimento de tal princípio, como bem aduz Agra (2014) se vincula a supressão da vingança privada. Nesse sentido “[...] outorgou-se a um órgão imparcial a solução dos litígios sociais para que a perturbação gerada possa ser suprimida e, assim, garantida a segurança jurídica e a justiça nas relações sociais” (AGRA, 2014, p 212).

### **1.2.3 Do Devido processo legal e da ampla defesa e contraditório.**

O princípio do devido processo legal tem sucedâneo histórico, tendo como precedente mais remoto a *Magna Charta Libertatum*, de 1215, onde a burguesia erigiu, frente ao governo absolutista, a possibilidade de julgamento por seus pares ou em harmonia com a lei do país, suscitando que: a) o poder de julgamento do soberano não poderia ser arbitrário nem ilimitado e b) deveria ser exercido conforme regras previamente estabelecidas (AGRA, 2014).

Cintra, Grinover e Dinamarco (2013, p. 91) definem o devido processo legal como “[...] o conjunto de garantias constitucionais que, de um lado, asseguram às partes o exercício de suas faculdades e poderes processuais e, do outro, são indispensáveis ao correto exercício da jurisdição”.

Trata-se de um superprincípio, que abarca todo o sistema processual, e traz em seu bojo as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório (MENDES; BRANCO, 2014). Como bem pontua a doutrina, tais garantias, tratam-se de coisas distintas.

O contraditório “[...] vai abranger a garantia de influir em processo com repercussão na esfera jurídica do agente, independente do polo da relação processual em que se encontre” (TAVORA, 2014, p. 64). Ou seja, permite às partes

dialogarem no processo mediante produção de provas, direito de manifestação e cientificação, dentre outros.

A ampla defesa, por sua vez, é garantia específica do acusado (TAVORA, 2014). No conceito de Tavares (2007, p. 667), “[...] é o asseguramento de condições que possibilitam ao réu apresentar, no processo, todos os elementos de que dispõe”. Conforme aperfeiçoa Agra (2014), trata-se de garantia que é possibilitada pelo contraditório. Aduz ainda:

Se o cidadão não tem a oportunidade de defesa está se estiolando o princípio da isonomia porque houve oportunidade para a acusação, impedindo que todos sejam iguais perante a lei e, igualmente, obstaculariza-se que a verdade real possa ser concretizada. [...] O objetivo principal do devido processo legal e do contraditório é propiciar ao cidadão a ampla defesa, ensejando a possibilidade de exaurimento de todos os meios de prova nos momentos processuais que foram colocados a sua disposição (AGRA, 2014, p. 221)

De se observar, assim, que o contraditório e a ampla defesa, como princípios abarcados pelo devido processo legal, consubstanciam garantias fundamentais para assegurar o corolário da justiça, vez que compõem meio inequívoco de garantir paridade de armas no processo (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2013), equilibrando a relação jurídico-processual.

#### **1.2.4 Da vedação a penas desumanas ou degradantes.**

Conforme preleciona o art. 5º, inciso III da CRFB/88: “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Consoante Ramos (2014, p. 450): “O direito à integridade física consiste na intangibilidade física do ser humano, que merece proteção contra tratamento degradante, desumano ou tortura” e continua: “O direito a integridade psíquica ou moral implica a vedação do tratamento desonroso ou que cause sofrimento psíquico desnecessário ou odioso” (RAMOS, 2014, p. 450).

Consequentemente, assim, que em compasso com os tratados de direito internacional, dentre os quais A Convenção Americana de Direitos Humanos, Declaração Universal de Direitos Humanos e a Convenção contra Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, bem como afincado no

fundamento da dignidade da pessoa humana, o sistema constitucional pátrio veda penas que ofendam a integridade física e psíquica dos indivíduos.

Insta salientar que no ordenamento jurídico brasileiro, por meio da intangibilidade física se impede: “[...] que haja condutas invasivas do corpo humano, sem a anuência do titular, salvo para a proteção de outros valores constitucionais[...]” (RAMOS, 2014, p. 450).

De salutar contribuição, nesta seara, é o Decreto nº 40 de 15 de fevereiro de 1991, que promulga a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, que assim institui em seu artigo 1º:

Artigo 1º

1. Para os fins desta Convenção, o termo “tortura” designa **qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, com o fim de** se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; **de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido**; de intimidar ou coagir ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas (grifo nosso).

Cumprir observar, assim, que é visto como tortura, a punição realizada por meio de qualquer ato que cause uma “violenta dor ou sofrimento físico ou mental”, demonstrando, assim, profunda vinculação com o fundamento do Estado Democrático de Direito em garantir a dignidade da pessoa humana.

### 1.3 DA VEDAÇÃO A AUTOTUTELA E A JURISDIÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Segundo Theodoro Júnior (2014) a atuação estatal para resolução de conflitos é substancial à manutenção da ordem, evitando, assim a justiça feita pelas próprias mãos do interessado. Para tanto, estabeleceu para suas contingências a jurisdição e o processo.

A resolução dos litígios acompanhou o processo de transformação/evolução pelo qual passaram a sociedade e o Estado, pois, nos primórdios da civilização humana, antes do estabelecimento do Estado, as pretensões eram satisfeitas pelas

próprias partes, na medida de sua força. Não havia um terceiro imparcial para a aplicação leis, que até o momento ainda não haviam sido instituídas. Segundo ALVIM (2007) o conflito era resolvido pelos próprios indivíduos e, imperava a lei do mais forte, daquele que melhor conseguisse impor sua vontade.

Existindo um conflito, sua resolução estava condicionada ao poder da parte em dirimir em seu favor o impasse existente. “Quem pretendesse alguma coisa que outrem o impedisse de obter haveria de, com sua própria força e na medida dela, tratar de conseguir, por si mesmo, a satisfação de sua pretensão” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2006, p. 29). Tal satisfação, não estava condicionada a regras comuns e, inexistia meio de controle apto e soberano para conter arbítrios decorrentes da imposição de vontades.

Conforme Cintra, Grinover e Dinamarco (2006) a punição pela prática de crimes era realizada por particulares e denominada vingança privada, por partir dos próprios indivíduos. Posteriormente, o Estado evocou para si o *jus puniendi* e passou a exercê-lo de forma exclusiva. Entretanto, até então a resolução dos conflitos era exercida com base em critérios individuais e sem atuação de órgãos ou pessoas imparciais e desinteressadas no provimento da lide.

Os julgamentos davam-se de forma “precária e aleatória, pois não garantia a justiça, mas a vitória do mais forte, mais astuto ou mais ousado sobre o mais fraco ou mais tímido” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2006, p. 29), atendendo apenas a manutenção do *status quo*, sem, contudo, promover justiça.

Esta forma de resolução de conflitos denomina-se autotutela, pois, um indivíduo (ou uma coletividade) impõe ao opositor a solução por ele considerada adequada, e passível de aplicação por intermédio de sua força. O mesmo indivíduo que figura como parte, atua como juiz da causa e executor da decisão por ele proferida.

Neste sentido, explica Alvim (2007, p. 13) que neste tipo de regime predominava “a ausência de um juiz, distinto das partes litigantes, e a imposição da decisão de uma das partes a outra. A esse tempo, não havia nenhum critério a nortear a resolução dos conflitos; se algum critério existia, era a ‘razão do sujeito mais forte’”. A resolução do conflito era essencialmente privada.

Conforme o desenvolvimento do Estado e de suas atividades, a liberdade dos indivíduos passou a ser restrita no tocante a resolução dos conflitos e, o Estado passou a ampliar “gradativamente, a sua tendência a absorver o poder de ditar as



soluções para os conflitos” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2006, p. 29), restringindo-se a participação do indivíduo enquanto autoridade definidora do resultado da lide.

Passou-se a empregar a institucionalização dos meios de resolução dos conflitos, que para serem dirimidos careciam de nomeação de árbitro que deveria ser nomeado por uma autoridade estatal. A autotutela passou a ser vedada, os indivíduos que almejassem a satisfação de determinada pretensão tinham necessariamente que recorrer ao Estado.

Na atualidade, a resolução dos conflitos cabe ao Estado conforme Cintra, Grinover e Dinamarco (2006, p. 28) aduz:

Hoje, se entre duas pessoas há um conflito, [...] em princípio o direito impõe que, se se quiser pôr fim a essa situação, seja chamado o Estado-juiz, o qual virá dizer qual a vontade do ordenamento jurídico para o caso concreto (declaração) e, se for o caso, fazer com que as coisas se disponham, na realidade prática, conforme essa vontade (execução).

Neste sentido, conforme aponta Theodoro Júnior (2014, p. 03) “[...] para cumprir essa tarefa, o Estado utiliza método próprio, que é o processo”. Deste modo, frente aos conflitos que lhe são impostos, o Estado-juiz realiza suas atribuições de por intermédio do processo judicial.

O processo, nos termos da conceituação elaborada por Cintra, Grinover e Dinamarco (2006, p. 31) é o “[...] instrumento pelo qual os órgãos jurisdicionais atuam para pacificar as pessoas conflitantes, eliminando os conflitos e fazendo cumprir o preceito jurídico pertinente a cada caso que lhes é apresentado em busca de solução”. Assim, aplicando a lei ao caso concreto, tal lei dever ser prévia e abstrata e cumprirá ao juiz- terceiro imparcial, declarar o direito do caso concreto.

No contexto do Estado social, consoante Cintra em que a realização da justiça por vias do processo verifica-se como forma mais efetiva para plena realização dos valores humanos, evidente é a imprescindibilidade da jurisdição e do processo para manutenção do regime democrático do Estado, uma vez que, a função pacificadora se revela como mecanismo de eliminação dos conflitos que afligem ou indivíduos e esses por sua incerteza causam-lhes aflição e, por intermédio de regras que impõem a todos igualdade de instrumentos de acusação e defesa (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2006, p. 28)

Destarte, o Estado na busca de seus fins, necessita atender ao bem comum, escoltado na democracia. Consoante Cintra, Grinover e Dinamarco (2006, p. 33) “o objetivo-síntese do Estado contemporâneo é o *bem comum* e, quando se passa ao estudo da jurisdição, é lícito dizer que a projeção particularizada do bem comum nessa área é a *pacificação com justiça*”. (Grifos do autor)

E, “o processo se apresenta como meio que maiores *probabilidades* oferecem de uma resolução justa e pacífica dos litígios” (ALVIM, 2007, p. 13)(Grifo do autor)por sua estrutura democrática, considerando que as normas a serem aplicadas ao caso concreto bem como as que nortearam o procedimento passaram por processo legislativo, do qual as autoridades responsáveis foram escolhidas por sufrágio, a fim de representar o interesse coletivo; e julgado por um terceiro imparcial que aplicará a norma e conduzirá o processo de acordo com tais normas e assegurando que direitos e garantias sejam respeitados.

Segundo Tavares (2007) devido à ampla gama de direitos estabelecidos pelo Estado Social e, a abstratividade desses direitos, os próprios indivíduos desrespeitam inconscientemente direitos fundamentais de terceiros e por vezes dolosamente, escoltados na vagueza de seu sentido. Vindo, assim, a ocorrer os conflitos carentes de resolução.

A necessidade de delimitar o conteúdo dos direitos fundamentais, concomitante a existência dos conflitos e a importância de sua resolução culminaram no fortalecimento do Estado. Neste sentido aduz Tavares (2007, p. 462):

Os conflitos, como resultante final desse cenário, levam ao paradoxo de reforçar o papel do Estado, Estado para o qual foram inicialmente criadas limitações pela declaração dos direitos fundamentais. É que não é possível realizar tudo a um só tempo e torna-se imprescindível um árbitro que possa solucionar conflitos e precisar o conteúdo dos direitos. É o fortalecimento da figura do Estado.

Consoante Cintra, Grinover e Dinamarco(2013, p. 27), cabe ao direito a tarefa de “de harmonizar às relações sociais intersubjetivas, a fim de ensejar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de sacrifício e desgastes”. Portanto, imprescindível a realização do bem comum e realização da pacificação social com vistas à promoção de justiça.

A proteção e realização dos direitos fundamentais enfrentaram o temor do Estado-opressor, que em sua relação com o indivíduo singularmente considerado,

evidenciava superioridade no aspecto poder. De modo que a tutela dos direitos fundamentais na relação entre Estado-cidadão apresenta caráter de verticalidade e dos indivíduos para com os demais de horizontalidade- uma vez que esses estariam em situação de igualdade. A eficácia de tais direitos vincula-se ao Estado em sua extensão vertical e horizontal (na relação entre particulares) cabendo-lhe em ambas as relações a proteção de tais direitos (TAVARES, 2007).

#### 1.4 CARÊNCIAS DO ESTADO, INSATISFAÇÃO E REVOLTA

Segundo Cintra, Grinover e Dinamarco (2007, p. 28) “a existência do direito regulador da cooperação entre pessoas e capaz da atribuição de bens a elas não é, porém, suficiente para evitar ou eliminar os conflitos que podem surgir entre elas”, imanescentes da sociedade os conflitos se desenvolvem naturalmente, uma vez que os interesses são opostos.

Não obstante, fatores como os benefícios propiciados cidadãos que ampliaram as responsabilidades do Estado; a diminuição de vagas de trabalho devido ao progresso tecnológico crescente; a globalização e perda da autonomia dos Estados nacionais; a crise do regime democrático; a falência do socialismo real, etc. foram condições que ensejaram a crise do Estado Social (AGRA, 2014).

A crise do Estado Social foi decorrente de razões internas e externas. Conforme Agra (2014) aponta como razões externas: os novos moldes da economia mundial, o declínio dos países de estrutura socialista, a complexidade do tecido social, o fortalecimento do neocapitalismo, tais razões que consistem no processo de globalização.

A globalização, enquanto processo de interligação mundial de diversos grupos sociais, em seis aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais e, alcança a todos os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, que padecem com a interferência de organismos internacionais que estabelecem parâmetros desligados da realidade local, inclusive com a mitigação de padrões morais o que resultou no enfraquecimento do tecido social (AGRA, 2014).

Outro fator que favorece ao enfraquecimento de Estado Social de Direito foi a imperatividade do neocapitalismo - política econômica que visava corrigir os excessos do capitalismo, contudo, por enfatizar o capital especulativo em detrimento do capital produtivo alcançou semelhantes malefícios. Consoante Agra (2014, p. 46)

“configura-se em uma reestruturação do modelo vigente, aprofundando os mecanismos de exploração, aniquilando os direitos sociais conquistados, desregulamentando os serviços públicos e aumentando os níveis de miséria existentes”.

Ademais, a crise do regime democrático proveniente da legitimação pelo procedimento adveio da errônea motivação, encerrando a cidadania com o sufrágio, limitando-se a democracia formal. O cidadão desconhece as decisões políticas tomadas pelo governo ou delas não participa, frustrando a possibilidade de legitimação material-participativa, própria da democracia substancial (AGRA, 2014).

No tocante as razões internas, nos países periféricos, os ordenamentos jurídicos preveem uma série de direitos sociais estabelecidos por intermédio de normas programáticas, que constituem metas a serem alcançadas pelo Estado, de conteúdo não obrigatório, mas pedagógico, com intuito de nortear as políticas públicas pertinentes.

Devido à complexidade de normatização e implementação das normas programáticas, considerando o lapso temporal e os investimentos financeiros necessário acabam por ser empecilhos a promoção dos direitos sociais. “Contribuindo para falta de efetividade dos dispositivos constitucionais” (AGRA, 2014, p. 41).

As normas programáticas, com o pós-positivismo, receberam a necessária tutela normativa, possibilitando a implementação de seus dispositivos, antes inócuos por sua vagueza, carente de disposição específica. Acerca das dificuldades de atinentes a promoção dos direitos sociais Agra alerta (2014, p.41) “[...] mas é certo também que o fato de os direitos sociais serem normas que exigem reestruturação dos ativos sociais e atividades administrativas complexas dificulta sua efetivação”.

Outro fator importante é o alto custo de sua gestão, que resulta elevada carga tributária- necessária a satisfação do ônus oriundo de suas atividades. Enquanto, países com atribuições mais enxutas conseguem estabelecer tributos mais baixos e mais atrativos a investimentos.

Ainda, conforme explica Agra (2014) a inflação legislativa figura como fator que corroborou com a crise do estado Social, no anseio de potencializar o ordenamento jurídico dotando-o de normas que possibilitassem maior completude e de modo antecipado, refletiu no descumprimento de normas sociais, por não

propiciarem sua efetivação por intermédio da regulamentação ou pela elaboração de lei que ferem seus dispositivos.

É latente o aumento da complexidade social, em que pese os direitos e garantias instituídos, o Estado tem ampla área de atuação, sem que, contudo, sua estrutura seja adequada ao atendimento de suas demandas, e por vezes não consegue administrá-las.

Dentre as atribuições que o Estado evocou para si estão a organização e a pacificação social, entretanto a violência é um fato social e tem com reflexo o sentimento de impunidade, e desconfiança quanto às instituições.

Segundo Dotti (1998) as dificuldades institucionais de promoção de segurança abalaram o conceito das instâncias formais de controle social – a polícia, tribunais, e os estabelecimentos penais – e encetou um abismo entre a teoria da ciência penal e a aplicação a realidade.

## 1.5 SENTIMENTO DE INJUSTIÇA

Neste ambiente de insatisfação e medo os linchamentos são a resposta social que reclama a volta à normalidade.

A lacuna da atuação estatal no que tange à segurança pública, e a decorrente contrariedade dos indivíduos com a sua promoção, somados a mediação da violência, potencializam o sentimento de insegurança e ausência do Estado.

Ademais, assevera Cleto (2015, s.p.):

Quanto maior o destaque a histórias de violência vividas pelo país, maior a sensação de que o Estado já não é digno de confiança o suficiente para que a justiça aja por si, daí a recorrência a medidas que rompam com o contrato social vigente. Em períodos de crise de representatividade, cresce a sensação de que é preciso que se descumpra a lei para que a lei seja restabelecida.

Neste sentido, Martins (2015, p. 37) esclarece que “num contexto de crescimento das necessidades de intervenção nos conflitos, como é este pelo qual passa a sociedade brasileira, a falta de respostas ágeis por parte da Justiça tem provocado descrédito e favorecido a impunidade”.

Ademais, diante da crise de legitimidade das instituições estatais, verifica-se como tipo de resposta a revolta e o descontentamento. Que se desenvolvem pelo

uso da violência como instrumento modificação, sem, contudo, fundamentar-se no discurso macro-político, mas sim micro-político atinente ao conflito social. O objetivo consiste na proteção do direito que julga ter e que em face da instabilidade das relações, vê-se violado.

Neste cenário de insegurança e descontentamento, “[...] há uma correlação entre a presença do Estado e os índices de justificação. Onde a ausência dos seus serviços é mais sentida, as chances de violência pretensamente reativa aumentam exponencialmente” (CLETO, 2015, s.p.).

## 2. DOS LINCHAMENTOS

### 2. 1 DO LINCHAMENTO E DO JUSTIÇAMENTO

O justicamento, conforme explica Martins (2015) é uma forma de protesto, um comportamento coletivo, que constitui legalmente forma de delito, em que os participantes se recolhem ao anonimato. E, ocorrem em três formas: os saques, os quebra-quebras e os linchamentos. O presente estudo cuidará em analisar apenas o último.

Explica Loureiro (2015) que o justicamento indica a existência de um conjunto de valores implícito ao comportamento coletivo violento e que sua ocorrência evidencia severa desarmonia entre os valores da lei e da justiça e os que direcionam o comportamento coletivo.

Martins (2015, p. 64) explica que, “[...] a população lincha para punir, mas, sobretudo para indicar seu desacordo com alternativas de mudança social que violam concepções, valores e normas de conduta tradicionais, relativas à certa concepção do humano”.

Da contrariedade a situações que aparentemente apontam condutas delitivas, a manifestação de dissabor social exteriorizada pela conduta de grupos de indivíduos, extrapola o âmbito de manifestação enquanto irresignação a realidade imposta e atinge diretamente, por uso da violência, a integridade das vítimas de justicamento.

Contraria as disposições estatais, a respeito da forma de resolução do hipotético crime, o justicamento denota a vingança e rejeição presentes na exteriorização da violência características de sua ocorrência. Consoante ao que Martins (2015, p. 64) explica:

A vingança é uma forma de exclusão e de rejeição dos indesejáveis e do que eles representam enquanto agentes de uma concepção de sociedade que contraria a dominante e contraria direitos dos por ele vitimados. Uma hipótese decorrente é a de que o linchamento é uma forma incipiente de participação democrática na construção (ou reconstrução) da sociedade, de proclamação e afirmação de valores sociais, incipiente e contraditória porque afirma a soberania do povo, mas nega a racionalidade impessoal da justiça e do direito.

Para Sinhoretto (2009), o linchamento consiste em uma prática que traduz o descontentamento dos indivíduos em relação à justiça estatal, como questionamento

à administração social com vistas à resolução de conflitos e pacificação. Uma vez que, as promessas do Estado social ainda carentes de implementação somadas à violência e o sentimento de impunidade são apontadas como motivação dos casos de linchamento. Neste contexto, “as pessoas lincham porque estão em desacordo com os valores e/ou com as práticas da justiça estatal” (SINHORETTO, 2009, 76).

Os linchamentos crescem proporcionalmente com o aumento na insegurança, como reflexo da falta de proteção sentida pelos indivíduos, pois as instituições não se mostraram eficazes no cumprimento de suas funções. Assim, os linchamentos, em que pese à violência empregada, se manifestam também como “o tumultuado empenho da sociedade em “restabelecer” a ordem onde ela foi rompida por modalidades socialmente corrosivas de conduta social” (MARTINS, 2015, p. 11).

## 2.2 DO LINCHAMENTO E SUA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

O termo “linchamento” surgiu durante a Revolução Americana, em 1937, atribuído às ações praticadas pelo Coronel Charles Lynch, do Estado da Virgínia, que liderava uma organização privada com a finalidade de punir criminosos e legalistas. Segundo Oliveira (2011), a prática do grupo ficou conhecida como “Lei de Lynch” indicando a perseguição exercida contra negros e índios.

Trata-se uma forma de justicamento, em que indivíduos são submetidos a agressões e eventualmente à risco de morte, como resposta imediata de uma multidão ou pequena coletividade a uma suposta conduta tida como delitiva e, absolutamente inaceitável pelo contexto social e coletivo. Como elucida Benevides (1982, p. 96):

Correntemente, o termo passou a designar toda ação violenta coletiva para punição sumária de indivíduos suposta ou efetivamente acusados de um crime- do simples furto ao assassinato - ou em certas regiões, identificados com movimentos ou estigmas de ordem política e racial.

O linchamento, na conceituação proposta por Santos (2001, p. 152), consiste na “execução sumária de uma pessoa, feita pela multidão, quando o criminoso é apanhado em flagrante delito, sem julgamento em processo legal, a que todos, indistintamente, têm direito”.



Neste mesmo sentido, Menandro e Souza (1991) pontuam acerca da ausência de julgamento legal nos casos de linchamentos, em que visando executar sumariamente um indivíduo, a que seja supostamente responsável pela prática de uma ação considerada inaceitável, relativiza-se a vida humana.

Assevera Sinhoretto (2001, p.02) que “os linchamentos podem ser interpretados como expressão coletiva de certo grupo que, mobilizado por uma revolta, investe contra um ou mais indivíduos considerados transgressores de regras fundamentais, para aplicar-lhes justiça sem intermediações”.

Quanto a sua origem, Martins (2015) destaca que os linchamentos nos Estados Unidos tinham motivação racista, intrinsecamente relacionada aos problemas enfrentados na colonização do Sul (a derrota do Sul na Guerra Civil, a extensão dos direitos políticos virtuais aos negros após o término da escravidão, a decadência dos agricultores brancos e a violação da mulher branca pelo homem negro) como clara demarcação de casta entre linchadores e suas vítimas.

A centralidade do conflito, justificada pela instabilidade do *status quo* da sociedade naquele momento da história da Norte Americana é explicada por Martins (2015, p. 23):

A crise social que leva à prática do justicamento tem uma raiz mais profunda. De um lado, ela se manifesta como a deterioração de uma hierarquia social pré-existente e a consequente redução das condições de vida de uma parcela da população (no caso, branca, proprietária e partícipe do poder) àquelas condições que são tidas como atributos de categorias sociais inferiores, desprovidas de direitos sociais e políticos. De outro lado, ela se manifesta como invasão de âmbitos e direitos por categorias sociais deles até então excluídas, como ocorre com o direito de voto aos novos cidadãos originados da abolição da escravatura nos Estados Unidos.

Consoante Martins (2015), havia relação próxima entre os linchamentos nos Estados Unidos e os acontecidos no Brasil no século XIX, no período da abolição da escravatura. No entanto, segundo o mesmo sociólogo, na atualidade não há ainda informações suficientes para afirmar que se fundamentem em questões raciais.

Quanto às características, os linchamentos são divididos em duas modalidades: o *mob lynching*- linchamento de multidão e o *vigilantism* - vigilância. O primeiro ocorria com maior frequência nos estados do Sul, enquanto o segundo era comum na região da fronteira do Oeste americano (SINHORETTO, 2001, p.80).

Segundo Sinhoretto (2001, p. 80) o *mob lynching* “é caracterizado pela ação de um grupo que se organiza súbita e espontaneamente para aplicar rapidamente

violência coletiva contra um indivíduo (ou mais) acusado de um delito”. Têm como traço identificador a espontaneidade da ação. Ao passo que o *vigilantism* “é praticado por grupos de vigilantes que se organizam em torno da defesa de valores morais ou imposição de conduta”. E seu principal aspecto é a organização do grupo para o ato.

Segundo Sinhoretto (2001) reforça-se, em ambos os tipos, que as ações eram orientadas por uma perspectiva inteiramente conservadora, no intuito de conter a ameaça de mudanças, preservando a ordem prevista, como efeito da escravidão, quer estrangeira, quer nacional, independente de basear-se em relações raciais ou condutas moralmente válidas.

Observa Martins (2015, p. 25) que embora aqui tenha ocorrido, os linchamentos *vigilantism* são raros. Verifica-se de modo preponderante os linchamentos do tipo *mob lynching*, em que grupos se organizam instantaneamente para justificar, motivado na existência de um possível delito, e dificilmente explicado de modo racional pelos participantes.

Quanto ao local de ocorrência, podem ocorrer em dois ambientes: na periferia das grandes cidades e no interior, conforme classifica Martins (2015) no primeiro tipo observa-se a participação predominante da população pobre, de trabalhadores e de forma mais branda da classe média baixa, a crítica e contestação as instituições judiciárias e policiais não são nítidas. No segundo, as ações são praticadas pela classe média, é evidente o descontentamento com as instituições e se exteriorizam por atos de violência voltados contra elas.

Martins (2015, p. 50) entende que nos linchamentos da periferia está presente a proclamação pela população de “uma opinião sobre os delitos de que é vítima e indica a importância de que essa opinião seja retomada na constituição da justiça formal”, almejam que haja o reconhecimento da situação de opressão que os delitos lhe conferem e, a obtenção de mecanismos que os detenham.

## 2.3 DO LINCHAMENTO NO BRASIL

Segundo Martins (2015), apesar da notoriedade que a temática dos linchamentos vem ganhando no Brasil nas últimas décadas, sua ocorrência não é uma novidade na sociedade brasileira. Consoante o referido autor, registros

jornalísticos do final do século XIX, indicam que naquele período em similaridade entre os ocorridos nos Estados Unidos os linchamentos tinham motivação racista, e eram praticados contra negros bem como contra seus protetores brancos.

Atualmente, os linchamentos ocorrem quando a linha moral que separa diferentes grupos é violada (MARTINS, 2015). A motivação racista é substituída pela moral, ao traduzir-se no descontentamento dos indivíduos com a promoção da organização social e da justiça.

Neste sentido, acrescenta Sinhoretto (2009, p. 76) que os linchamentos no Brasil “dizem respeito a um contexto específico de distribuição espacial da pobreza urbana, crescimento da violência e questionamento da capacidade estatal de exercer o controle do crime nos limites da legalidade”.

Ademais, segundo Martins (2015) em uma sociedade que privilegia a modernização e alarga a transigência, em relação a violação às regras sociais, especialmente em detrimento das camadas inferiores da sociedade, afunila o âmbito da tolerância. É dizer, que o desrespeito aos direitos fundamentais elencados na Constituição Federal enquanto o discurso de “desenvolvimento” colide com as normas, os indivíduos impacientes com tal conjuntura refletem sua insatisfação com atitudes que igualmente atentam contra as previsões constitucionais.

De modo, que consoante Martins (2015, p. 45) aduz:

Na história da segregação da ordem social e política e da crise das instituições no Brasil, como a polícia e a justiça, a partir de certo momento da ditadura militar até hoje, os linchamentos vêm constituindo uma peculiar e crescente forma de violência coletiva.

Logo, os linchamentos assumem a conotação de mecanismo de busca pelo reestabelecimento da ordem frente a insatisfação social acerca da violência, assim, “são a proclamação da vontade de justiça, de não ser vítima inerte do roubo, do estupro, do assassinato, do pouco caso” (MARTINS, 2015, p. 51).

Nestes termos, o linchamento conforme Martins (2015, p. 54) “não é uma violência original: é uma segunda violência”. Os indivíduos manifestam-se em resposta aos delitos dos quais são vítimas. Em uma tentativa de reestabelecimento da ordem e expressa caráter notadamente punitivo.

Explica Martins (2015) que os linchamentos ocorridos no Brasil, pela forma ritual que assumem, são notadamente punitivos, delineados pela lógica da vingança

e expiação. Diferente dos linchamentos nos Estados Unidos, que se distingue pelo caráter racista e político.

Neste viés, Sinhoretto (2009, p. 78) esclarece que muito raramente os linchamentos ocorridos no Brasil expressam a defesa de um projeto político revolucionário, mas sim indignação aguda com uma situação de opressão.

### 2.3.1 Caso 1: Daniele Toledo do Prado

Daniele Toledo do Prado, à época com 21 anos, foi presa em flagrante na data de 28 de outubro de 2016, pelo crime de homicídio (FERNANDES, 2014). Na ocasião, havia levado sua filha ao Hospital Universitário de Taubaté vez que a criança, com problemas de saúde nunca diagnosticados, apresentava quadros frequentes de febre convulsiva e era socorrida nesta unidade.

Tendo lhe sido recusado o atendimento, buscou o Hospital Municipal de Infantil. Passou a noite na unidade com a criança, quando foi informada do agravamento de seu quadro clínico às 7hs da manhã do dia subsequente. Em seguida, o óbito foi anunciado pela médica de plantão por volta das 10hs da mesma manhã, juntamente com a acusação de que ela haveria causado a morte da menina através de overdose de cocaína. Havia vestígios na boca da criança de um pó branco que foi, *prima facie*, identificado como a droga. A prisão em flagrante ocorreu minutos depois. A mãe que nem chegou a ver o corpo da filha, foi transferida para uma cadeia pública no mesmo dia (VEIGA, 2016).

Na penitenciária, enclausurada com mais 19 detentas, viu a veiculação da morte da filha pela TV, na cela. Revoltadas, as companheiras de enclausuramento espancaram Daniele, ocasionando diversas fraturas e a perda da visão e da audição do lado direito. Nas palavras da vítima, veiculadas pelo jornal *O Estado*:

Mandaram eu me ajoelhar. Elas davam murros e chutes. Em qualquer lugar do corpo que elas conseguissem acertar: cabeça, rosto, peito, barriga. Com a sola de um chinelo, martelaram toda uma caneta bic no meu ouvido. A caneta quebrou dentro de mim. Eu sentia o sangue escorrendo quente pela minha orelha. [...]Tive traumatismo intracraniano, fraturas na mandíbula, na escápula, na clavícula, perda total da audição e da visão do lado direito, mobilidade reduzida do lado direito e três coágulos cerebrais - que me obrigam a tomar medicação para evitar convulsões. (VEIGA, 2016, s.p.)

Daniele ficou presa por 37 dias e foi vítima de constantes linchamentos. A sua liberação ocorreu quando um laudo do IML comprovou que a substância encontrada na boca de sua filha se tratava de medicamento para diminuir as convulsões pelas quais passava nas crises de febre e que era, frequentemente, misturada a mamadeira da menina, e não cocaína (FERNANDES, 2014).

O caso foi à justiça. Daniele pediu indenização pelos danos físicos e morais causados, bem como pela prisão por razão imotivada. Na sentença o juiz da vara da fazenda pública de Taubaté, “[...] definiu indenização de R\$ 15 mil por danos morais e pensão vitalícia de R\$ 414. O pedido era de R\$ 150 mil por danos morais, e R\$ 2.070 de pensão” (MÃE, 2012).

### **2.3.2 Caso: Fabiane Maria de Jesus**

Fabiane Maria de Jesus tinha 33 anos. Era casada e mãe de duas filhas menores de impúberes. Em 02 de Maio de 2014, objetivando mudar a cor do cabelo, efetuou a descoloração dos fios criando um tom de cor entre o vermelho e o amarelado. Na manhã seguinte:

[...] estava internada na UTI do Hospital Santo Amaro, no Guarujá, litoral de São Paulo, em estado gravíssimo, depois de passar quase uma hora sendo amarrada, arrastada, chutada e espancada por uma multidão que a confundiu com uma mulher que, diziam, andava sequestrando crianças para arrancar-lhes o coração em rituais de magia negra (PETRY, s.a., s.p.).

A gênese do linchamento partiu de uma série de publicações no *facebook* iniciadas em 24 de abril de 2014 que se alastraram pelo bairro de Morrinhos no Guarujá/SP. Boatos de uma possível senhora de cabelos louros que aparecia disfarçada e sequestrava crianças para uso em rituais de magia negra tornaram toda a comunidade receosa de uma possível ação contra os menores do bairro (RIBEIRO, 2014).

De se observar, contudo, que já em 29 de abril do mesmo ano uma nova postagem aclarava a farsa. Atentava para o fato de não existir nenhum boletim de ocorrência cuidando de sequestros de menores da região, demonstrava a utilização das imagens veiculadas em sítios de humor e, ainda, alertava para o uso indevido que se faz da rede social ao disseminar notícias sem fundamento que podem causar

terror à população (PETRY, s.a., s.p.).

Na manhã do dia 02 de maio de 2014, após ir à igreja na comunidade de Morrinhos para buscar uma bíblia que havia esquecido e parar num bar, foi abordada por um grupo que a amarrou e iniciou o linchamento. Nenhuma das testemunhas sabe explicar o que deu origem ao ato, contudo uma série de vídeos ajudam a demonstrar o que ocorreu na sequência:

Uma cena: Fabiane está sentada no chão de terra, zozza, rosto banhado de sangue, alguém a interroga, ela tenta abrir os olhos, abre apenas um, balbucia algo.

Outra: ela está sendo carregada pelos pés e mãos, uma multidão a segue aos gritos, xingando, berrando, clamando por sua morte.

Outra: ela está de bruços, no meio da rua, o rosto enterrado no chão, alguém levanta sua cabeça pelos cabelos, confere seu rosto, e bate sua cabeça de volta no chão.

Outra: ela está deitada no chão, um rapaz bate com o pneu da bicicleta contra sua cabeça, uma, duas vezes.

Outra: alguém a arrasta pelo chão, puxada por um fio elétrico amarrado em seu pulso esquerdo, seu corpo vai rasgando o chão de terra, inerte.

Outra: ela está estirada no chão, de barriga para cima, o braço direito abandonado ao longo do corpo inanimado, o outro braço um pouco mais aberto. Nada nela se move. Está morta, ou inconsciente, desmaiada. As pessoas cercam seu corpo, olham, falam, mas mantêm uma certa distância, como se tivessem medo de ficar perto da morte. De repente, ela começa a erguer lentamente a cabeça. “Ela está viva, ela está viva.” Mas o peso da cabeça é excessivo, ela desfalece de novo. Volta a ficar imóvel.

Cena final: ela está com os pés e as mãos amarrados, de bruços, numa passarela de madeira a 1 metro do chão, alguém a empurra para fora da passarela, ela rola e cai sobre um colchão velho no meio do lixo, seu corpo imóvel, e então alguém se aproxima com um pedaço de pau de 1 metro de comprimento e desfere uma pancada brutal na sua cabeça. No meio da multidão, ouve-se uma voz:

– Mataram a mulher? (PETRY, s.a., s.p.)

Para agravar a situação, a população não permitiu que a polícia chegasse até Fabiane para prestar qualquer forma de socorro. O autor da pancada que ocasionou o traumatismo craniano e consequente morte da jovem foi condenado à 30 anos de prisão por homicídio agravado por tortura, crueldade e redução de defesa da vítima; em Outubro de 2016. Foi, ainda, condenado a pagar uma indenização de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) à família da vítima (MARIDO, 2016). Mais quatro indiciados, contudo, ainda aguardam julgamento.

### **2.3.3 Caso 3: Claudison da Silva.**

Claudison da Silva, 33 anos, foi surpreendido por moradores da cidade de

Alto Paraíso/RO, após ter realizado um assalto ao Supermercado Bom Dia em 28 de outubro de 2016. Na ocasião, o assaltante utilizou-se de uma falsa arma de fogo, levando consigo uma quantia no montante de **R\$ 168,00** (cento e sessenta e oito reais) (ASSALTANTE, 2016).

Moradores que acompanharam o delito perseguiram o infrator e o localizaram já na zona rural do município, iniciando um linchamento com pontapés, socos e pedras. No caso em epígrafe, a polícia militar foi chamada a intervir e conteve os moradores.

O assaltante foi preso e indiciado por roubo, tendo sido encaminhado ao presídio de Ariquemes.

## 2.4 O LINCHAMENTO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL

O fenômeno social, conforme ensina Castro (1996, p. 68), “[...] considerado em si, é externo as consciências individuais, exerce poder de coerção sobre os indivíduos e apresenta-se difundido dentro do grupo”. Assim, os linchamentos em que pese a participação de cada indivíduo, traduzem a vontade imediato-coletiva de um determinado grupo social.

Martins (2015) explica que os linchamentos expressam mais do que atos de violência: evidenciam uma crise de segregação social, como demonstração do empenho da sociedade em restaurar a ordem rompida por condutas sociais corrosivas, pelo menos a luz da imediatabilidade com que seus agentes “compreendem” o caso concreto.

Ao passo que *Ubi societas, ibi jus et ibi jus societas*- onde há sociedade, aí há direito (SANTOS, 2001, p. 328) e conforme aduz PRADO (2013) o direito é inerente ao ser humano em sociedade, e sua existência se pressupõe mutuamente.

A ligação entre o direito e a sociedade consiste na sua função ordenadora, de coordenação de interesses que se apresentam na vida social, segundo Cintra, Grinover e Dinamarco (2006 p. 27) “[...] a tarefa da ordem jurídica é harmonizar as relações sociais intersubjetivas, a fim de ensejar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de sacrifício e desgaste”.

De modo que é imprescindível ao estudo do Direito a análise dos fenômenos sociais, pois de acordo com Prado (2013, p. 69):

Fica patente assim que o Direito se desenvolve equilibrando uma exigência de ordem sistemática (elaboração do ordenamento - sistema jurídico) e outra de cunho pragmático (busca de soluções socialmente justas e aceitáveis). Tem ele uma função social a ser cumprida, não podendo ser concebido, de modo realista, sem referência à sociedade que deve reger.

Logo, cumpre ao Direito a análise dos linchamentos, visto que usurpam o poder de punir - exclusivo do Estado - e afetam direitos e garantias dos indivíduos- em especial os inerentes ao acesso ao Poder Judiciário para resolução de conflitos, alvos do presente estudo- e assim, importante ao Direito a compreensão deste fenômeno.

Explica Martins (2015, p. 11) a condição da sociedade enquanto ambiente deste fenômeno:

Os linchamentos, de certo modo, são manifestações de agravamento dessa tensão constitutiva do que somos. Crescem numericamente quando aumenta a insegurança em relação à proteção que a sociedade deve receber do Estado, quando as instituições não se mostram eficazes no cumprimento de suas funções, quando há medo em relação ao que a sociedade é e ao lugar que cada um nela ocupa.

Para tanto, a sociologia do Direito apresenta suporte para tal análise, pois conforme Gurvith (1996, p. 186 *apud* Castro) “[...] a Sociologia do Direito é a parte da sociologia do espírito humano que estuda a plena realidade social do direito, desde suas expressões tangíveis e exteriormente observáveis nas condutas coletivas efetivas e nas bases materiais”.

É nesse sentido que o enfoque metodológico estabelecer-se-á sob o crivo da zetética empírica pura, em que conforme aduz Ferraz Jr. (2011, p. 23) “[...] o teórico ocupa-se do direito enquanto regularidades de comportamento efetivo, enquanto atitudes e expectativas generalizadas que permitam explicar os diferentes fenômenos sociais”. Trata-se, pois, de método pertinente ao tema dos linchamentos, dado seu caráter de manifestação externa e, hodiernamente, habitual na sociedade brasileira.



### 3. BALIZAS TEÓRICAS PARA UMA COMPREENSÃO CRÍTICA DOS LINCHAMENTOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

Com o fim de desenvolver uma análise zetética empírica pura acerca dos linchamentos no Brasil, trabalhar-se-á quatro teorias: a anomia e a teoria das janelas quebradas, enquanto tentativa de compreensão da motivação para a prática delitiva e suas possíveis conexões, e o poder de violência simbólico e a desobediência civil, como formas de legitimação e resposta – ou não – para a realidade deste fenômeno.

#### 3.1 TEORIA DA ANOMIA EM DURKHEIM

O termo anomia tem origem grega e, deriva de *anomos*, em que *a* significa a ausência, inexistência ou privação de; e *nomos* tem sentido de lei ou norma (ROSA, 1996). Segundo Rosa (1996, p. 97) em seu sentido etimológico quer dizer a “falta de lei, ou norma de conduta”.

No pensamento de Durkheim, tal ausência de norma ou conduta se circunscreve a um determinado cenário social e traz consigo importantes consequências no cumprimento do Direito. Para melhor delimitar este conceito, cumpre, pois, analisar o que o autor entende como solidariedade e consciência coletiva.

A ideia de solidariedade funda todo pensamento do autor e se baseia nas relações “[...] entre os indivíduos e a coletividade” (ARON, 2012, p. 458). Distingue assim, duas espécies de solidariedade: uma mecânica em que “Quando esta forma de solidariedade domina uma sociedade, os indivíduos diferem pouco uns dos outros” (ARON, 2012, p. 458). E, uma forma de solidariedade orgânica em que “[...] o consenso, isto é, a unidade coerente da coletividade, resulta de uma diferenciação, ou se exprime por seu intermédio” (ARON, 2012, p. 458).

Assim, enquanto na solidariedade mecânica os indivíduos se reconhecem nas mesmas crenças e valores, na solidariedade orgânica as crenças e valores divergentes dão corpo a uma consciência coletiva, que tem existência autônoma ao indivíduo e que é formada por ele ao mesmo tempo em que este de algum modo a forma (ROSA, 1996).

Para Durkheim (1999, p. 50), nesse sentido, a consciência coletiva é “[...] o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade [...] forma um sistema determinado, que tem vida própria”.

Ocorre, contudo, que em sociedades em que há profunda divisão social do trabalho, o que causa alienação quanto aos processos produtivos e ocasiona fragmentação dos espaços de discussão, há uma perda do sentimento de pertencimento ao corpo social, o que proporciona abertura a um sentimento de anomia.

Anomia, no sentido preconizado por Durkheim (1999) se refere, assim, “pela normalidade e funcionalidade do crime e pela ideia de que a perda das referências coletivas normativas que orientam a vida em sociedade leva ao enfraquecimento da solidariedade social” (VIANA, s. a., p. 107).

Tal enfraquecimento, pode causar diferentes desequilíbrios no sistema social, dentre os quais Durkheim aponta o suicídio. O suicídio, assim, se apresentaria, dentre outras possibilidades como um reflexo da anomia que se desenvolveu neste sistema:

[...]se, portanto, as crises industriais ou financeiras aumentam os suicídios, não é porque empobrecem, uma vez que crises de prosperidade tem o mesmo resultado; é por serem crises, ou seja, perturbações da ordem coletiva. Toda ruptura de equilíbrio, mesmo que resulte em maior abastança e aumento da vitalidade geral, impele à morte voluntária. Todas as vezes que se produzem graves rearranjos, no corpo social, sejam eles devidos a um súbito movimento de crescimento ou a um cataclismo inesperado o homem se mata mais facilmente.

De se observar, assim, que as crises institucionais causam diferentes reflexos sociais, dada a quebra do sentimento de pertencimento que é traduzido pela consciência coletiva. Assim, tanto as crises institucionais como o alto índice de fragmentação das relações de trabalho tem como resultado um processo de anomia normativa, implicando em perda ou falta de reconhecimento das normas institucionalmente estabelecidas.

### 3.2 TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS

A teoria das Janelas Quebradas (*The Broken Windows Theory*) foi desenvolvida por James G. Wilson em conjunto com George Kelling e divulgada em

1982, na revista norte-americana *The Atlantic Monthly* em um artigo intitulado “A Polícia e a Segurança da Comunidade” - *The Police and Neighborhood Safety*. Tal teoria, foi baseada em experimentos de Philip Zimbardo.

Segundo Fabríz e Zaganelli (2016) o estudo associava a existência entre criminalidade a desordem. E, conforme explica Shecaira (2016, p. 166) deu-se por intermédio do seguinte exemplo:

Dois carros foram abandonados, sem placas, com o capô aberto em duas ruas de diferentes cidades. Uma, em Palo Alto, Califórnia. Outra no Bronx, Nova York. O carro parado no bairro do Bronx é imediatamente depenado, em não mais que 10 minutos. Os primeiros a chegar ao veículo foram pai, mãe e um filho (de uma mesma família) que levaram o radiador e a bateria. Em pouco tempo, o carro foi totalmente depredado. Em um prazo de vinte e quatro horas o carro servia de playground para as crianças. A maior parte dos vândalos estava bem vestida, e eram brancos. O carro, nas mesmas condições, estacionado em um bairro de elite em Palo Alto, não foi tocado no prazo de uma semana. O pesquisador, então, destruiu uma janela do veículo com um martelo e em poucas horas o veículo foi igualmente depenado. Isto foi feito, da mesma forma, por pessoas brancas aparentemente respeitáveis.

De acordo com Belli (2000), a teoria explica como base na correspondência entre desordem e criminalidade, que “uma pequena infração, quando tolerada, pode levar a um clima de anomia que gerará as condições propícias para que crimes mais graves vicejem”. Logo, os pequenos distúrbios deveriam ser combatidos, pois preveniria a ocorrência de crimes mais graves.

Assim, como se a uma janela de uma fábrica ou prédio é quebrada e seu conserto não é feito imediatamente, os indivíduos que por ali passarem concluiriam que não há autoridade zelando pela manutenção da ordem. E, atirariam pedras no intuito de quebrar as demais janelas.

Ademais, explica Shecaira (2016) que são quatro os principais elementos da teoria que podem ser sintetizados da seguinte forma: O primeiro diz respeito ao contato da polícia com os autores dos delitos, que poderia ser instrumento de previsão, pois em proximidade com os pequenos desordeiros exerceriam maior vigilância também aos de maior periculosidade.

O segundo elemento, é a alta previsibilidade da atuação policial funcionaria como alerta aos criminosos da presença do Estado e intimidaria a prática de novos delitos, protegendo assim, os bons cidadãos Shecaira (2016). No tocante ao terceiro, os cidadãos desenvolvem o controle dos espaços públicos, no intuito de

contribuir para manutenção da ordem, por intermédio de retomada desses espaços (SHECAIRA, 2016).

Por fim, consoante Shecaira (2016) o quarto elemento está relacionado à presença e participação pública na prevenção do crime, por influência da instituição de segurança pública- a polícia, oportunizaria aos membros daquela sociedade o enfrentamento das questões relativas à segurança pública em conjunto, deixando assim, de exercer a responsabilidade exclusiva.

### 3.3 DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL EM JOHN RAWLS

Ao entabular o seu conceito de justiça, Rawls (2016) estabelece as premissas para uma análise da desobediência civil como ferramenta legítima ao questionamento de leis injustas. Para tanto, parte da construção de um modelo de sociedade estabelecido sobre o princípio democrático e a equidade.

Neste contexto, democracia se vincula a governo legitimamente eleito e no reconhecimento de uma ordem constitucional que privilegie o discurso público como fonte de criação do Direito (RAWLS, 2016). Os participantes de uma determinada sociedade, neste cenário, devem criar arranjos sociais que respeitem a Constituição, mas que também, respeitem as expectativas de justiça – que se vinculam diretamente a ideia de legitimidade do Direito legalizado.

A equidade por sua vez, afirma que em uma sociedade em que todos façam a sua parte conforme as normas definidas institucionalmente, as normas serão seguidas quando observadas duas condições: “[...] que a instituição seja justa (ou equitativa), isto é, satisfaça os dois princípios de justiça<sup>2</sup>; e, [...] que a pessoa tenha, de livre e espontânea vontade, aceitado os benefícios desse arranjo ou tirado proveito das oportunidades que oferece para promover seus interesses”(RAWLS, 2016, p. 134).

Percebe-se, assim, que Rawls deixa aberto um espaço para o estabelecimento de uma desobediência civil institucionalizada, que caracterizaria

---

<sup>2</sup> Rawls estabelece dois princípios de justiça para manutenção da ordem social: o princípio da máxima liberdade igual e o princípio da igualdade (equitativa) de oportunidades. O primeiro “cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais extenso de iguais liberdades fundamentais que seja compatível com um sistema similar de liberdades para outras pessoas. Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de tal modo que, tanto (a) se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefício de todos como (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos” (RAWLS, 2016, p. 73).

exigência do próprio princípio democrático. Aqui, desobediência civil, conforme preconiza o autor, quer dizer “[...] um ato político público e não violento e consciente contra a lei, realizado com o fim de provocar uma mudança nas leis ou nas políticas de governo” (RAWLS, 2016, p. 453) e continua “ao agir assim, quem o pratica se dirige ao senso de justiça da maioria da comunidade e declara que em sua opinião ponderada os princípios da cooperação social, entre homens livres e iguais não estão sendo respeitados” (RAWLS, 2016, p. 453-454).

De se observar assim, que para Rawls, a desobediência civil tem como marca o pacifismo e a consciência, o que permite afirmar que, ao desobedecer a lei, dentro dos limites institucionalmente impostos, o indivíduo o faz dotado de uma consciência crítica quanto a legitimidade do Direito, mas também, e acima de tudo, com uma consciência crítica quanto ao modo de manifestar tal desobediência, situando este conceito dentro da ideia de Estado democrático, sem causar ruptura com este: “Expressa desobediência à lei dentro dos limites da fidelidade à lei, embora esteja à margem da lei” (RAWLS, 2016, p. 456).

Nesse contexto, a fidelidade à lei “[...] ajuda a comunicar à maioria que o fato é, de fato, politicamente consciencioso e sincero, e que tem o intuito de atingir o senso público de justiça”. (RAWLS, 2016, p. 456)

Cumpre, todavia, distinguir dentro do pensamento rawlseniano a desobediência civil da objeção de consciência. Esta última, “[...] não é uma forma de apelar o senso de justiça da maioria” (RAWLS, 2016, p. 459). Neste caso: “A pessoa simplesmente se recusa, com base em razões de consciência, a obedecer a uma ordem ou cumprir um mandato legal” (RAWLS, 2016, p. 459). Ademais, não precisa ter escopo político, podendo se apoiar em princípios religiosos, ou até mesmo em princípios que se demonstrem contra a ordem constitucional.

Há de se observar ainda, com Rohling (s.a., p. 9): “[...] nessa arguição em favor da desobediência civil, Rawls não se vale do princípio da equidade, mas somente do dever natural de justiça, tendo em vista que esse estabelece as bases primeiras dos vínculos políticos com o regime constitucional”.

Por todo exposto, verifica-se que uma teoria da desobediência civil em Rawls, deve levar em consideração a sua compreensão enquanto elemento do próprio Estado, ou seja, institucionalizada. Deve ainda, atender a ideia de uma formação crítica do discurso, vez que se baliza não violência, e no poder de formação do consenso.

### 3.4 DO PODER DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O Direito tem como cerne a organização social e a resolução dos conflitos sociais (FERRAZ JR., 2011). Contudo, para que cumpra esse papel precisa estar revestido de poder determinado, de tal modo que uma ruptura com a normatização imposta se apresente como uma ruptura com a própria sociedade, devendo por isso preterida e evitada (FARIA, 1949).

A doutrina moderna, por esse motivo, vincula a existência e a eficácia do direito à existência de uma sanção. Sanção, aqui, quer dizer “qualquer processo de garantia daquilo que se determina em uma regra” (REALE, 2014, p. 72). Trata-se, assim, de resposta ao comportamento contrário que a regra busca evitar.

Diferente dos outros sistemas de regras existentes na sociedade – como a ética e a religião – a sanção jurídica ao descumprimento da regra se dá pela coação. Coação, assim, nos dizeres de Reale (2014, p. 73), é a “possibilidade do seu cumprimento obrigatório”, vez que, como aponta Nader (2014), as normas jurídicas são heterônomas e exteriores, ou seja, não nascem da cultura de indivíduos isolados e nem dependem da concordância desses para serem aplicadas, sendo, por esse motivo, impostas e de cumprimento forçado.

Por essa razão, Kelsen vinculava o direito à coação (FARIA, 1949). Havia, pois, uma afirmação segundo a qual “[...] a sanção ou é elemento básico de um direito já estabelecido e a ser aplicado, ou é produção de um direito a ser criado” (FARIA, 1949, p. 103). A eficácia do direito, nesse prisma, se vincularia diretamente a existência de sanção institucionalizada e pré estabelecida, de tal sorte que seria inócuo falar em direito sem falar em coação (NADER, 2014).

Contudo, e em prisma diferente, o Direito não agiria apenas como conformador de uma ordem imposta à sociedade, mas também, como direcionador de condutas juridicamente desejáveis (FERRAZ JR., 2011). Isso implica dizer que o direito não seria apenas a institucionalização de ferramentas de coação, mas ainda, requer “[...] admiti-lo como técnica social para induzir os homens a comportarem-se desta ou daquela maneira – a partir de condicionamentos psicológicos” (FARIA, 1949, p. 104).

A essa característica do Direito, Bourdieu e Passeron (1992) denominaram “poder de violência simbólica”. Na definição simplificada desses autores tal poder é aquele que “chega a impor significações e impô-las como legítimas, dissimulando as

relações de força que estão na base de sua força” (BOURDIEU; PARSSON, p. 19).

Tal poder, contudo, não é um exercício de coação – vez que se desenvolve sem limitar as possibilidades do destinatário da norma – fazendo, apenas, com que algumas opções se tornem mais ou menos atrativas, em conformidade com o interesse do emissor. Como bem ilustra Ferraz Jr. (2011, p.242):

Não se trata de coação, pois, pelo poder de violência simbólica, o emissor não co-age, isto é não se substitui ao outro. Quem age é o receptor. Poder aqui é controle. Para que haja controle é preciso que o receptor conserve suas possibilidades de ação, mas aja conforme o sentido, isto é, o esquema de ação do emissor. Por isso ao controlar o emissor não elimina as alternativas de ação do receptor, mas as neutraliza. Controlar é neutralizar, fazer com que, embora conservadas como possíveis, certas alternativas não contem, não sejam levadas em consideração.

É nesse sentido que Faria (1945, p. 104) vê o poder de violência simbólica como uma técnica, sendo a lei “apenas um instrumento para a consecução de certos resultados”. Vê-se, desse modo, que há nessa dimensão do Direito um cariz pedagógico, pois nesse cenário “[...] a política – i.e., a prática – adquire estatuto de motor das transformações sociais, ancorada a cultura como seu principal instrumento” (MENDONÇA, 1996, p.i.).

Assim, a partir da compreensão da norma como instrumento, cumpre verificar que tal poder de violência simbólico pode ser utilizado como fim de uma boa ou de uma má gestão política, precisando por isso, de forte fundamento democrático (FARIA, 1945) para evitar possíveis abusos e totalitarismos.

Contudo, tal dimensão de conformação social do Direito, não retira a possibilidade de os ordenamentos conciliarem as duas funções – violência simbólica e coação – pois, poder e norma seriam complementares e dependentes:

Poder e norma acabam, assim, sendo encarados como os dois versos de uma única moeda: se o poder efetivo é aquele que consegue obter os resultados propostos por seus dirigentes e satisfazer as expectativas de seus governados, a norma eficaz é aquela acatada, observada e cumprida pelos diversos grupos sociais. Desse modo a eficácia da norma depende da efetividade do poder, da mesma forma como tal efetividade, por sua vez, depende da própria necessidade que o ordenamento jurídico tem de ser eficaz (FARIA, 1945, p. 106).

Nesse sentido, pontua o autor que a função protetora, ou de caráter punitivo, complementaria a função promocional que “[...] se vale do uso de técnicas de indução de natureza positiva” (FARIA, 1945, p. 107).

De se concluir, assim, que poder de violência simbólica, enquanto técnica de conformação social é elemento que permite anular certas escolhas dos indivíduos e relevar outras, permitindo a criação de uma cultura que se coadune com os ideais propostos pelo emissor. Destarte, há que se observar que o poder simbólico é tão mais efetivo quanto maior é a eficácia normativa, sinal que revela notar que a coação não pode ser esquecida ou minimizada como instrumento jurídico.



## **4 DOS LINCHAMENTOS COMO QUEBRA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS DAS VITIMAS DE LINCHAMENTOS**

### **4.1 DA ANOMIA COMO FUNDAMENTO SOCIOLOGICO DO FENÔMENO DO LINCHAMENTO**

O sentimento popular de insatisfação, por conta da ausência de providências do Estado na promoção dos direitos individuais e sociais, produz nos indivíduos o desconforto em decorrência da instabilidade advinda da violência, das desigualdades e a aflição quanto ao custo de manutenção do Estado que se impõe aos cidadãos. Tal desconforto conflui na sensação de anomia.

Diante da falta de reconhecimento das normas, os indivíduos insatisfeitos com a efetivação da organização e pacificação do Estado e, desejosos por reestabelecer a ordem - ora perturbada, com vistas a promoção da justiça, de modo equivocado, os linchadores dirigem sua sede de vingança naqueles que acreditam haver praticado uma conduta delituosa.

Martins (2015, p. 27) explica que “o linchamento não é uma manifestação de desordem, mas de questionamento da desordem”, por intermédio dos linchamentos o indivíduo não tem o objetivo direto de infringir à lei, mas atua numa tentativa “frustrada” de garantir a obediência desta.

Neste sentido, consoante Martins (2015, p. 27) “a população lincha para punir, mas sobretudo para indicar seu desacordo com as alternativas de mudança social que violam concepções, valores e normas de conduta tradicionais, relativas a uma certa concepção do humano”, a moral social e a consequente consciência coletiva estão em desacordo com os problemas da criminalidade e violência e para tanto manifestam sua contrariedade, não admitindo as condutas delitivas e, no intuito de impor a sua própria “justiça” ultrapassam à lei.

Ademais, ensina Martins (2015) que os linchamentos são a expressão de complicados processos de segregação social e, da busca de um padrão de sociabilidade que rompa com as tendências sociais desagregadoras, que devem ser interpretadas pela dimensão do medo e da busca de uma nova reestruturação.

Assim, “[...] os linchamentos denunciam o estreitamento das possibilidades de participação social” (MARTINS, 2015, p. 46), os indivíduos se veem cercados por

normas e obrigações sociais e legais que devido a fragmentação social o impedem de participar mais ativamente das discussões sociais, com restringindo o poder de decisão frente ao tecido social.

Neste contexto, segundo Martins (2015, p. 51) os linchamentos “[...] são a proclamação da vontade de justiça, de não ser vítima inerte do roubo, do estupro, do assassinato e do pouco caso”, e assim, é a ação no sentido de defesa, de não invasão. “O linchamento não é uma violência original: é uma segunda violência” (MARTINS, 2015, p. 54).

São manifestações da força em resistir à opressão a que estão submetidos, assim, “[...] são movidos pela emoção de assumir o ponto de vista da vítima de um dano irreparável, diante do qual se tornou ou é impotente” (MARTINS, 2015, p.51), os indivíduos tentam reestabelecer a relação de pertencimento entre a sociedade e ordem, de modo contraditório, haja vista que bem como a conduta elencada como delitiva, sua ação se dá de igual forma por confronto à lei.

#### 4.2 DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS COMO FUNDAMENTO SOCIOLÓGICO DO FENÔMENO DO LINCHAMENTO

No estudo do fenômeno dos linchamentos o emprego da teoria da anomia é fundamental à análise da teoria das janelas quebradas, uma vez que explica a crise institucionalizada que enseja a ocorrência do crime e sua proporção exponencial quando da falta ou ausência de autoridade capaz de coibir o seu desenvolvimento.

Uma janela quebrada, independente da comunidade a que se destine, testa o zelo pelo bem atingido e a possibilidade de proteção de tal bem pela autoridade responsável por ela. Em uma casa ou fábrica, seu proprietário teria a necessidade de realizar os reparos como meio de externar seu cuidado de vigilância por aquele bem.

De igual modo, o Estado no zelo pela sociedade deve empregar maior vigilância para atingir tal fim e não ver vandalizado o bem ao qual tem o dever de proteger (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2003). E, que para tanto, lhe foi conferida a autoridade pertinente.

Decorre, que da complexidade social, que evolui de forma constante e veloz enquanto o Estado desenvolve mecanismos para atendê-la necessita primeiro

conhecer/entender desse fenômeno para então buscar respostas as suas demandas.

Logo, cumpre ao Estado a adequação de sua ação ao modo mais efetivo e eficiente no intuito de não permitir que hajam defasagens na organização social e na pacificação (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2003). Assim, a verificação da teoria importa dizer que os cuidados aos pequenos delitos representam de igual forma o interesse da sociedade. Uma vez que, tal sociedade verifica com constância os malefícios destas práticas.

Cumprido ressaltar, outro aspecto da teoria, a prevenção à delitos maiores por intermédio da tutela dos menores, por seu caráter pedagógico e também pela certeza da sanção. Indiretamente a abertura a delitos pequenos e a situação de desordem tal qual formula a teoria é ambiente propício o desenvolvimento e aperfeiçoamento das condutas delitivas que necessitam ser reprimidas.

De modo reflexo, o fenômeno do linchamento verifica a instabilidade das relações sociais, tendo em vista a fragmentação social e o consequente prejuízo a consciência coletiva que ensejam a anomia e, diante dela a manifestação de reestabelecimento da ordem por intermédio de condutas que novamente violem as normas.

Em que pese a ideia de justiça que pretende ser promovida no linchamento, sua ação revela a nova quebra de janelas e maior desordem.

#### 4.3 DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL COMO FUNDAMENTO DE LEGITIMAÇÃO DO FENÔMENO DO LINCHAMENTO?

Da insatisfação a tutela da justiça promovida pelo Estado e considerando a estrutura democrática em que o este se escolta, poderia haver por parte dos indivíduos um ato de desobediência que rompesse com a opressão e se demonstrasse como mecanismo apto a atender o senso social de justiça?

Na acepção proposta por Rawls, tal desobediência civil deve revestir-se da seguinte forma: “[...] um ato político público e não violento e consciente contra a lei, realizado com o fim de provocar uma mudança nas leis ou nas políticas de governo” (2016, p. 456).

No sentido de ato político público, verifica-se o não enquadramento da conduta empregada nos linchamentos, uma vez que ainda que a ação seja realizada na maioria das vezes em ambientes abertos, públicos, seus agentes se escoltam no anonimato, em desconformidade com a previsão proposta por Rawls, que pressupõe o debate público para convencimento dos demais para por intermédio do consenso reconhecer o caráter injusto de uma lei.

No aspecto ato não violento e consciente contra lei, novamente nota-se à ausência de similaridade, pois, nos linchamentos realiza-se por imposição do uso da força a “pena” aquele tido como promotor da injustiça. Pode desenvolver-se desde a violência verbal, até mesmo a supressão da vida. E, o descontentamento dos indivíduos não se dá exclusivamente em virtude da lei, mas sim contra ao gerenciamento do Estado na tutela delas.

Como mecanismo apto a democraticamente reconhecer a injustiça de uma norma de por intermédio do consenso promover justiça, não se enquadra ao fenômeno do justicamento, tal qual se vislumbra atualmente na realidade brasileira.

#### 4.4 DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA COMO RESPOSTA AO FENÔMENO DO LINCHAMENTO

Frente à anomia e a verificação da necessidade de maior presença do Estado no controle da criminalidade como possibilidades de estreitamento do ambiente favorável a ocorrência dos linchamentos, e analisada a inaplicabilidade do emprego da desobediência civil, haja vista o descompasso de tais condutas com este instrumento democrático de rompimento com a opressão da lei injusta. Cumpre analisar neste momento a possível resposta ao fenômeno por intermédio do uso do poder de violência simbólica.

No caso norte-americano o fenômeno do linchamento foi sistematicamente estudado e por meio de políticas públicas e medidas legislativas as ocorrências foram controladas (SINHORETTO, 2009). Cuidou-se assim, de criar uma consciência coletiva (DURKHEIM, 2000), estabelecendo premissas para tornar a variável linchamento pouco atrativa, estabelecendo políticas públicas de valorização dos espaços democráticos e de confiança nas instituições do Estado.

Assim, como bem observou Faria (1945), o poder de violência simbólica foi primeiro utilizado em seu aspecto positivo, buscando conformar as condutas

sociais para o valor que o Estado tentou motivar. No caso dos Estados Unidos, as políticas públicas levaram ao fortalecimento do poder, o que foi seguido de um crescimento do poder de coação estatal, agora legitimado no agir social conformado (SINHORETTO, 2009). Desse modo, a implantação de políticas públicas foi seguida por um contínuo e progressivo recrudescimento das penas, no que cumpre reafirmar a posição de Faria (1945) ao afirmar que poder e Direito se constituem em faces de uma mesma moeda.

De se observar, assim, que semelhante medida pode ser adotada no Brasil, o que implicaria em reforço político para o desenvolvimento de um escopo jurídico que reduza os fenômenos dos linchamentos através de um combate à própria anomia, partindo da conformação de políticas públicas para o endurecimento dos tipos penais.

#### 4.5 DA QUEBRA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS DAS VÍTIMAS DE LINCHAMENTO COMO RUPTURA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Urge, frente as tratativas expostas quanto a anomia, a desobediência civil e a teoria das janelas quebradas, notar que os linchamentos se constituem em óbices a efetivação dos direitos e garantias processuais das vítimas de linchamento, vez que, além de não serem fenômenos que se legitimam no seio social, conforme verificado, cuidam ainda de solapar os direitos erigidos pelo Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, cumpre observar que o primeiro princípio que se fragiliza é o do acesso à justiça, vez que, conforme visto, as vítimas de linchamento não têm garantido seu direito a serem julgadas por um juiz natural, dentro de um processo constitucionalmente assegurado. Como assevera Martins (2015, p. 50) nestes casos se: “[...] sonega a vítima o direito de se defender e o de ser julgada por um juiz imparcial, além de sonegar o direito ao recurso e a novo julgamento em face de um juízo, que de algum modo, possa ser parcial”. E ainda complementa: “O julgamento da vítima de linchamento é definitivo e sem apelo. É produto da emoção e não da razão” (MARTINS, 2015, p. 50).

Fácil perceber, assim, que também são mitigados os princípios do devido processo legal e da ampla defesa e do contraditório, vez que, nesses casos, a

multidão movida por um sentimento não racionalizado, não ouve e não argumenta, cumprindo apenas a vingança que julga devida ao delito que crê cometido.

Destarte, consome-se por completo qualquer perspectiva de asseguramento ao princípio da presunção da inocência, vez que, de antemão, a vítima é desde sempre culpada, culpa essa, baseada numa cognição sumária e não racionalizada.

De se pontuar aqui, que a liberdade para fazer tudo que a lei não proíbe encontra limitações exatamente nos liames da legislação legitimamente promulgada. O que implica em dizer que não importa a gravidade do delito quando a lei assegura à qualquer indivíduo o devido processo legal. Como bem lembra Martins (2015, p. 32): “[...] a gravidade do crime, porém, nada tem a ver com a gravidade definida nas leis e códigos jurídicos”.

Perde-se, por fim, que a garantia constitucional a uma pena não cruel, desumana ou degradante, vez que, centrados no caráter retributivo, as penas infringem o corpo dos violentados e não tem por escopo a compensação do delito, mas tão somente a vingança. Percebe-se assim que, “Os linchadores querem agregar ao castigo físico um significado, uma indicação escrita no próprio corpo da vítima e uma expressão simbólica da amplitude da punição, sua dimensão sobrenatural” (MARTINS, 2015, p. 82), em visível ofensa a dignidade da pessoa humana das vítimas.

Conclui-se, com Martins (2015, p.11) que “[...] quanto mais se lincha, maior a violência; quanto mais incisivo o discurso em favor dos direitos humanos, mais violados eles são”. Tal fenômeno, assim, demonstra-se amplamente incompatível com o Estado Democrático de Direito e fere, *prima facie*, direitos e garantias processuais e materiais das vítimas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os linchamentos demonstram a insatisfação social com a promoção dos direitos e garantias fundamentais, em que os indivíduos questionam a atuação do Estado no tocante a administração da segurança pública e da justiça, seus anseios frustrados ensejam a situação de anomia, da qual no intuito de reestabelecer a ordem, quebrada pela ocorrência de um delito, encontra a revolta coletiva e culmina nos justicamentos.

Nesse sentido objetivou-se verificar, se o fenômeno dos linchamentos constitui quebras a direitos e garantias fundamentais, em especial as processuais, utilizando-se para tanto das teorias da anomia, das janelas quebradas, do poder de violência simbólico e a desobediência civil. Nestes termos conclui-se que:

Na teoria da anomia verificou-se que o reconhecimento das normas pelos indivíduos nos casos de linchamento não se dá de maneira simples, uma vez que da situação de instabilidade – e firmados no que seria justo para aquela sociedade determinada – os indivíduos buscam punir aquele que comete um delito incorrendo em outro delito.

Partindo da premissa de que, frente a teoria das janelas quebradas o linchamento seria uma resposta compreensível a uma violência anteriormente praticada, vez que o Estado não se demonstrou apto a resolver o problema, tem-se a compreensão que embora ilegal o fenômeno seria legítimo, pois traduziria uma resposta social a ineficiência estatal.

Embora, os linchamentos encontrem justificativa sociológica para sua ocorrência enquanto manifestação de descontentamento, não é possível entendê-los como institucionalmente aceitos, pois, no contexto rawlseniano a desobediência civil

se vincula a uma postura racional, pública, e pacifista de tentativa de influência no consenso popular por intermédio do discurso e da resistência.

O poder de violência simbólico, enquanto meio capaz de influenciar comportamentos, a ponto de incentiva-los ou desestimulá-los, demonstra-se importante técnica a serviço do Estado para coibir a prática dos linchamentos. Nesse sentido, e comprovante do exposto se coloca o caso norte-americano, em que a adoção de políticas públicas tendentes a formar uma identidade social, quanto necessidade de promoção justiça institucionalizada levou a formação de uma consciência social que legitimou, *a posteriori*, a adoção de uma legislação mais severa na coerção da prática que se buscou desestimular.

Por fim, conclui-se que os linchamentos rompem com as garantias fundamentais e processuais de suas vítimas, e demonstram a descompasso com o Estado Democrático de Direito, em especial com as garantias, do devido processo legal, ampla defesa, contraditório, a presunção de inocência e a vedação às penas cruéis ou degradantes.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ASSALTANTE é capturado e linchado por populares em Alto Paraíso. **RondôniaVip**. 22 out. 2016. Disponível em: <  
<http://www.jornalrondoniavip.com.br/noticia/policial/assaltante-e-capturado-e-linchado-por-populares-em-alto-paraíso/alto-paraíso/>>. Acesso em: 05 dez. 2016

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 14. ed. São Paulo: Globo, 2001

BENEVIDES, Maria Victoria. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Cloude. **A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. **Decreto nº 40, de 15 de Fevereiro de 1991**. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Brasil, p. 004-008, fev. 1991.

CAIXEIRO, Bruno Milenkovich. **Ordenamento jurídico penal (tributário): reflexões críticas**. São Paulo: Letras jurídicas, 2011.

CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CASTRO. Celso Antônio Pinheiro de. **Sociologia do direito: fundamentos de sociologia geral e sociologia aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CLETO, Murilo. **O linchamento como sintoma**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-linchamento-como-sintoma-2154.html>> Acesso em: 20 de Jun. 2016

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva, 2012

DOTTI, Rene Ariel. **Bases alternativas para o sistema de penas**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

DURKHEIM, Emille. **Da divisão social do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Emille. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FABRIZ, Daury Cesar; ZAGANELLI, Juliana Costa. **A superação da teoria da normatividade constitucional: uma análise da teoria das janelas quebradas e do estado de exceção permanente frente ao medo na sociedade brasileira**. Lajeado: Estudo e Debate, 2016

FACHIN, Zulmar; SAMPAR, Rene. **Direitos humanos e democracia em Norberto Bobbio**. In: Sarlet, Ingo Wolfgang; LEITE, George Salomão. Constituição, política e cidadania. Porto Alegre: Giw Editora, 2013.

FARIA, José Eduardo. **Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como um instrumento de transformação social**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1988.

FERNANDES, Dinalva. Cocaína em mamadeira: sobrevivente de espancamento coletivo diz que "estamos vivendo na Idade Média". **R7 Notícias**. 09 mai. 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/cocaina-em-mamadeira-sobrevivente-de-espancamento-coletivo-diz-que-estamos-vivendo-na-idade-media-09052014>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012

HORCAIO, Ivan. **Dicionário jurídico referenciado**. São Paulo: Primeira impressão, 2007.

MÃE agredida na cadeia será indenizada pelo Estado. **Consultor Jurídico**. 22 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-jan-22/mae-ficou-cega-cadeia-recebe-15-mil-indenizacao>>. Acesso em: 15 dez. 2016

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARIDO de lynchada após boato sobre magia negra celebra sentença: 'Justo'. 06 out. 2016. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/10/marido-de-lynchada-apos-boato-sobre-magia-negra-celebra-sentenca-justo.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MARTINS, José de Souza. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 11-26, dec. 1996. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86293/88957>>. Acesso em: 29 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/ts.v8i2.86293>.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania**. In: Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-125.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ODON, Tiago Ivo. **Tolerância zero e janelas quebradas: sobre os riscos de se importar teorias e políticas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2016. Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em: 01 de dezembro 2016.

OLIVEIRA, Danielle Rodrigues de. **Quando as “pessoas de bem” lincham: um estudo sociológico do linchamento**. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt34-7/1218-quando-pessoas-de-bem-matam-um-estudo-sociologico-sobre-os-linchamentos/file>. Acesso em 20 out. 2016.

PAGLIARIN, Janyne Emanuela Klein. **Linchamento público: quando a violência da sociedade se volta contra ela**. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42071/2.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de Jun.2016

PETRY, André. "Mataram a mulher?" A gênese do linchamento que chocou o Brasil. [s.a]. **Veja**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/complemento/brasil/a-historia-de-um-linchamento-mataram-a-mulher/>>. Acesso em 10 dez. 2016.

PIMENTA, Marcelo Vicente de Alkmin. **Teoria da constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro – parte geral**. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**: Tradução Almiro Pisetta e Lenit M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIBEIRO JUNIOR, João. **Teoria Geral do Estado e Ciência política**. 2.ed. Bauru: Edipro, 2001.

RIBEIRO, Anna Gabriela. Mulher morta após boato em rede social é enterrada em Guarujá, SP. 06 mai 2014. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html>>. Acesso em: 05 dez. 2016

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. **Sociologia do direito: o fenômeno jurídico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Tolerância zero**. In: Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 5, p. 165-176, outubro/2009

SINHORETTO, Jacqueline. **Os Justicadores insegurança e revolta popular**. In: *Revista brasileira de segurança pública*.

SOUZA, Lídio de; MENANDRO, Paulo Rogerio Meira. **Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000)** *Psicologia Política*, 2(4),

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TAVORA, Nestor; Alencar, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 55. ed. Rio de Janeiro: 2014.

VEIGA, Edison. A médica disse que eu tinha matado a minha filha. **O Estadão**. 29 mai. 2016. Disponível em: < <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-medica-disse-que-eu-tinha-matado-a-minha-filha,10000053968>>. Acesso em: 17 dez. 2016